

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição
da Quarta Internacional (CORQI)



500 mil deslocados de Gaza iniciam o seu regresso a pé ao Norte, a 27 de Janeiro.

Palestina

Direito ao regresso para todos os refugiados de 1948, 1967 e 2025

**Há 50 anos:
a derrota do imperialismo americano no Vietname**

**Documento:
Ucrânia, três anos de guerra**

Os primeiros passos de Trump de volta à Casa Branca



Nº 37 - Fevereiro de 2025
4 euros

ÍNDICE

Notas editoriais	Página 3
------------------	----------

Análise

– Os primeiros passos de Trump de volta à Casa Branca	Página 5
---	----------

Documentos

– Declaração do CORQI: “Ameaças de Trump Contra o Povo Palestino em Gaza Dirigem-se a Todos os Trabalhadores e Povo do Mundo”	Página 13
– Prepara-se o terceiro encontro internacional de jovens revolucionários	Página 14
– Ucrânia; Três anos de guerra	Página 15

Correspondências

– Alemanha: antes das eleições legislativas de 23 de Fevereiro: não há “mal menor”	Página 21
– Azânia/África do Sul: a crise da água e da electricidade	Página 23
– Azânia/África do Sul-Zimbabué: excertos do mandato dos representantes da Azânia e do Zimbabué para o encontro internacional	Página 23
– República Democrática do Congo: excertos do nº 1 do boletim de ligação do Comité pelo Partido Democrático Independente dos Trabalhadores e Camponeses	Página 25
– França: mil sindicalistas lançam um apelo	Página 25
– Itália: A crise da indústria automóvel	Página 26
– Estado espanhol: a propósito das despesas militares	Página 27
– México: os nossos, Raymundo Morales	Página 27
– Marrocos: a secção marroquina da IVª Internacional fez a sua conferência nacional	Página 28
– Palestina: “O genocídio está suspenso, ma não projecto colonial”	Página 29

Correio de leitor

A propósito de marxismo e pan-africanismo	Página 30
---	-----------

História

— Dossiê: Há cinquenta anos, a derrota do imperialismo americano no Vietname	Página 32
— Cronologia da intervenção militar dos Estados Unidos no Vietname e a mobilização do povo e da juventude	Página 32
— Conversa com Cliff Conner, ex-militante do SWP	Página 34

Ciência e técnica

— inteligência artificial (IA): incha uma bolha financeira?	Página 39
---	-----------

Nota de leitura

— <i>La Vida en Rosa</i> de Sergio Haro Cordero	Página 41
---	-----------

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faïdherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

“**A**S “SEXTAS-FEIRAS MARXISTAS”, conferências públicas que a secção francesa da IVª Internacional organiza mensalmente na região parisiense, foram, em finais de Janeiro, consagradas à posse da administração Trump. Título: “Até onde irá ele?”

A pergunta tem mérito. Até onde chegará Trump em matéria de política interna, que já hoje se caracteriza pela expulsão de dezenas de milhares de trabalhadores imigrantes e pela ofensiva de desregulamentação generalizada e de supressão de dezenas de milhares de empregos públicos (leia-se neste número o artigo dedicado aos primeiros passos de Trump)? Uma política, que faz de Musk a nova coqueluche de tudo o que o planeta conta como capitalistas e reaccionários: por exemplo, Alice Weidel, a chefe do partido nazi na Alemanha, que exclama, extasiada: “Ele ousa!”

Até onde irá Trump na imposição do seu programa *America First* à escala internacional? Impondo, portanto, o direito da burguesia americana a fazer o que entender, quando e onde o entender, em defesa dos seus interesses próprios, nem que para isso tenha de esmagar toda a concorrência e mergulhar a humanidade na barbárie.

Ao escrevermos as presentes notas, Trump foi empossado nas suas funções há meras três semanas. Já prometeu, entretanto, “tomar conta” da faixa de Gaza, dela expulsando dois milhões de palestinianos (leia-se a declaração do CORQI neste número). Transformou a fronteira com o México em zona de guerra. Ameaçou anexar o Canal do Panamá — e o Canadá, e a Gronelândia, ilha do Ártico com rico sub-solo, possessão da Dinamarca — territórios, portanto, que pertencem a países imperialistas, membros da NATO; em princípio, aliados dos Estados Unidos.

Trump decidiu que ia “resolver” à sua maneira a questão da guerra na Ucrânia, o banho de sangue que já fez um milhão de vítimas em três anos de confrontação entre a NATO e o regime dos oligarcas mafiosos de Moscovo. Estabelecendo contacto directo com Putin e propondo-lhe um acordo directo, Trump confirma que não quer saber da União Europeia e dos seus Estados membros para nada... Estados esses, que financiaram esta guerra, pelo menos, tanto como Washington. Não falando já do regime fantoche de Zelensky, à beira do abismo: Trump exige eleições presidenciais que lhe ponham nas mãos outro fantoche em Kiev, maleável com os seus planos. O cúmulo do cinismo é Trump prometer, apesar disso, continuar a enviar ajuda militar... em troca da pilhagem pelas multinacionais americanas das terras raras no sub-solo ucraniano — já que, disse, “se não o fizermos, Putin vai achar que ganhou”.

Se Trump — à custa dos povos ucraniano e russo (leia-se neste número a contribuição dum militante ucraniano) — acelera a “resolução” da conflito na Ucrânia, é pela simples razão de que “a única obsessão de Washington neste momento, é a China”, conforme confia o ministro da defesa de Macron (13 de Fevereiro). O representante do imperialismo francês conta que, numa reunião da NATO em Bruxelas, o novo secretário americano da defesa, Pete Hegseth, “trouxe uma mensagem muito directa (...): ‘a nossa única prioridade é, no fundo, a China’. Foi mesmo mais longe; disse que ‘não nos podemos dar ao luxo de gerir dois conflitos ao

mesmo tempo”’. É, pois, de facto, para preparar a guerra contra a China que Trump tenta compor — pelo menos temporariamente — com Putin. Na continuidade dos preparativos para a guerra da administração Biden, é preciso concentrar todas as forças na guerra comercial total com a China, prelúdio possível à guerra sem qualificativo. O objectivo é um só: abater a propriedade do Estado, que continua a dominar a economia chinesa apesar de décadas da política “de abertura ao mercado” conduzida pelos dirigentes do Partido Comunista Chinês. “Já não é possível excluir a perspectiva duma terceira guerra mundial”, regista o director do instituto francês de relações internacionais (13 de Fevereiro).

Até onde irá Trump, então? A resposta dos militantes que se batem pela reconstituição da IVª Internacional não vai de modas: irá até onde e até que a classe operária internacional lhe barre o caminho.

Há cinquenta anos, foi a mobilização revolucionária da juventude e dos trabalhadores dos Estados Unidos, aliada à heróica resistência do povo vietnamita, que infligiu ao imperialismo americano uma derrota rotunda no Vietname (leia-se neste número o dossiê dedicado a este aniversário). Cinquenta anos mais tarde, são os trabalhadores, jovens e povos oprimidos do mundo que continuam a ter a capacidade de pôr em xeque os planos de destruição do capital sob a égide de Trump e Musk.

Há quem tenha ficado surpreendido por tantas declarações de Trump, Musk e seus fiéis manifestarem tanta obsessão com o marxismo, o socialismo e o comunismo. “Nunca seremos um país socialista ou comunista”, arrotou Trump num comício eleitoral no estado de Montana, em Outubro de 2024... como se isso fosse uma hipótese a curto prazo. Justificando o desmantelamento da agência federal humanitária USAID (para poupar 42 mil milhões de dólares), Musk acusou-a de ser “um ninho de víboras marxistas”! Não que ele não esteja farto de saber que a agência servia a política externa americana... Por seu lado, Marc Andreessen — um magnate de Silicon Valley, fervente adepto de Trump — vilipendiou quem se opusesse ao esmagamento dos salários pelo recurso à inteligência artificial como “comunistas que detestam a América”.

Caramba, há trinta e quatro anos que a União Soviética foi liquidada pela burocracia dirigente, que, à conta do imperialismo, lá restaurou relações de produção capitalistas nos moldes mais mafiosos e parasitários possíveis. Porquê, então, tal linguagem, digna da Guerra Fria? Muito simplesmente porque estes representantes de primeira linha da classe capitalista reivindicam a natureza de classe da guerra mundial, interna e externa, por que estão a enveredar. Uma guerra do imperialismo contra os trabalhadores de todo o mundo, “classe contra classe”, contra as conquistas sociais e democráticas destes, contra toda a forma de organização independente.

Foi esse o significado da presença de dezenas e dezenas de capitalistas multibilionários dos mais poderosos do mundo na cerimónia de posse de Trump em Washington no dia 20 de Janeiro (norte-americanos, claro, mas também franceses, indianos, australianos, etc.). É o que representa o entusiasmo dos capitalistas de todo o mundo com os métodos de Musk. A classe capitalista mundial agradece a Trump a sua reivindicação de querer

● NOTAS EDITORIAIS

pôr-se à cabeça de uma guerra de classe, como antes foi raro ver-se. É precisamente por esta razão que as suas declarações identificam o inimigo: o marxismo, expressão consciente do processo inconsciente da luta de milhares de milhões de explorados e oprimidos contra a exploração e a opressão.

É uma luta que tem expressão quotidiana, em todos os continentes. Manifesta-se espectacularmente em Gaza, onde, em 27 e 28 de Janeiro, uma maré humana de 500 mil sobreviventes percorreu a pé dezenas de quilómetros no meio de ruínas, impondo o seu direito a regressar ao Norte da faixa de Gaza, apesar de esta estar prometida pelo genocida Netanyahu à evacuação e anexação. Uma luta em que centenas de milhares de trabalhadores procuram a via da luta contra os governos capitalistas. Nas últimas semanas, desenvolveram-se na Alemanha, na Coreia, no Egipto, na Bélgica, em Marrocos, no Bangladeche, etc., consideráveis movimentos de classe, malgrado todos os obstáculos.

Estes movimentos certificam uma vez mais os ensinamentos do Programa da IVª Internacional: *“Em todos os países, assalta o proletariado uma angústia profunda. Massas de milhões de homens avançam sem descanso pela via da revolução. Porém, de cada vez, esbarram nos seus próprios aparelhos burocráticos conservadores. (...) A orientação das massas é determinada, por um lado, pelas condições objectivas do capitalismo em putrefacção; e, por outro lado, pela política de traição das velhas organizações operárias. Destes dois factores, o factor decisivo é, evidentemente, o primeiro: as leis da história são mais poderosas do que os aparelhos burocráticos. Seja qual for a variedade de métodos dos social-traidores — da legislação “social” de Léon Blum às falsificações judiciais de Stalin — eles nunca conseguirão quebrar a vontade revolucionária do proletariado. Os seus esforços desesperados para deter a roda da história cada vez mais demonstrarão às massas que a crise de direcção do proletariado, que se tornou na crise da civilização humana, só pode ser resolvida pela IVª Internacional.”*

Por isso, o primeiro acto de resistência à “trumpização” e à “muskização” generalizada tem de ser o reforço imediato dos grupos e organizações que, empunhando a bandeira do marxismo, lutam pela reconstituição da IVª Internacional assente no seu programa. Em todas as latitudes, convidamos todos os trabalhadores, todos os jovens, todos os militantes operários revoltados com o programa de guerra de Trump e Musk e determinados a fazer alguma coisa contra ele a aderirem às fileiras das forças que lutam pela reconstituição da IVª Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista, única alternativa à barbárie e à marcha para a terceira guerra mundial.

Bem sabemos que os últimos trinta anos — os que se seguiram à queda da União Soviética, em 1991 — ficaram marcados pelo considerável agravamento da

crise do movimento operário mundial. Sabemos que, em todos os países, a imensa maioria dos dirigentes dos partidos e organizações que se pretendem “socialistas”, “comunistas” ou se reivindicam da luta de libertação nacional dos povos oprimidos se prostraram ante aquilo a que chamaram *“o horizonte inultrapassável do capitalismo”*. Aderiram abertamente ao regime da propriedade privada dos meios de produção, apesar da agonia deste. Tentaram fazer esquecer todas as referências de classe, exigindo, uns, que as organizações operárias, mormente os sindicatos, aderissem ao pretenso “interesse geral”, afirmando, outros, que a luta de classes estava “ultrapassada” e, agora, o que interessava era a luta do “povo” contra as “elites”. Importando, por conseguinte, abandonar as formas partido e sindicato e passar a fazer agrupamentos sem fronteiras de classe. Acompanharam as privatizações e os planos de destruição ditados pelas instituições financeiras internacionais e pelos governos capitalistas enquanto propalavam as patacoadas da “responsabilidade social das empresas” e as promessas de “globalização de rosto humano”. Aceitaram todos os planos imperialistas, nos quatro cantos do mundo, do Tratado de Maastricht (1992) aos Acordos de Oslo (1993). Nestes três últimos anos, votaram os créditos de guerra para alimentar a carnificina na Ucrânia (uns, no Parlamento Europeu e no Congresso norte-americano, financiando o esforço de guerra da NATO; outros, na Duma russa, apoiando a guerra de Putin).

Esta política — que só serve para desarmar os trabalhadores, tirando-lhes a única arma de que dispõem, a organização independente — redundou, hoje, na vitória de Trump e Musk e na “trumpo-muskização” acelerada do mundo. Pela mesma razão, o indispensável reforço das forças que lutam pela reconstituição da IVª Internacional é inseparável da ajuda à reorganização do movimento operário com um novo eixo. Neste mês de Fevereiro de 2025, isto significa trabalhar para que o encontro internacional de urgência contra a guerra imperialista global, convocado para Paris para 21 e 22 de Março de 2025, seja bem sucedido (seguir-se-lhe-á uma reunião aberta do CORQI).

Este encontro juntará militantes, correntes e organizações oriundos de todas as tendências do movimento operário que, como diz o apelo lançado por militantes e organizações de 44 países, querem intervir juntos, *“sem embargo dos diferentes pontos de vista que temos e das nossas origens políticas e sindicais respectivas”*, para *“à guerra imperialista (...) opor a bandeira da luta pela Internacional Operária: “Proletários de todos os países, uni-vos!”*

A Internacional, 14 de Fevereiro de 2025

Os primeiros passos de Trump de volta à Casa Branca

POR NELLY MARY, COM OS NOSSOS CORRESPONDENTES NOS ESTADOS UNIDOS

Ao escrever este artigo, faz duas semanas que Trump foi empossado como presidente dos Estados Unidos. Não é, naturalmente, possível pretender dar aqui uma análise destes primeiros dias de Trump com o distanciamento necessário, tanto mais que a situação continua particularmente imprevisível. O caso é apresentar algumas reflexões iniciais.

Trump não esperou para desferir os primeiros golpes contra a classe operária, investindo violentamente contra a componente imigrada da classe trabalhadora logo à sua posse, ao adoptar os primeiros decretos e combiná-los com a organização de rusgas e deportações. Tão-pouco esperou no plano internacional, multiplicando-se em declarações cada vez mais violentas e em ameaças ao povo palestino em Gaza. Não podemos ignorar esta mudança qualitativa nem deixar de tomar em consideração que nos encontramos num ponto de viragem. Não obstante, a política que Trump está a levar a efeito não se pode resumir a um cilindro compressor a esmagar os povos e a classe operária. Por muito violentas que sejam as declarações, o Trump fascizante não está no termo do seu enfrentamento com

a classe trabalhadora, quer com a classe trabalhadora dos Estados Unidos quer com a classe trabalhadora internacional. Uma coisa é o programa de Trump, outra, a sua aplicação: a luta de classes ainda não disse a última palavra.

É óbvio haver, na personagem Trump, um carácter imprevisível. Não é, contudo, possível compreender a situação e a mudança qualitativa, ficando-nos pela loucura da personagem. Há uma lógica que percorre este delírio aparente. Lenin recordava-o: a política é economia concentrada — verdade aplicável à política de Trump, que responde a uma lógica, a lógica da crise do regime social assente na propriedade privada dos meios de produção.

Mudança qualitativa ao serviço da classe capitalista

Em sistema capitalista, a capacidade de produzir mercadorias aumenta muito mais velozmente do que a capacidade dos mercados para absorvê-las. Chegado ao seu estágio imperialista, o capitalismo já só sobrevive à custa da transformação de cada vez mais forças produtivas em forças de destruição e da luta entre as várias burguesias pela conquista

do mercado mundial. A cada dia, imensidões de capitais encavalitam-se noutras imensidões de capitais numa demanda desesperada de valorização. O recurso a derivas parasitárias da economia, sejam elas a economia da droga, a prostituição, a especulação financeira, a economia do armamento, extremamente rentável, tem aí a sua origem. Estes capitais que se acumulam sempre mais, que não encontram investimento rentável, dão azo a uma luta de morte entre os vários grupos de capitalistas. Não há maneira de sacar lucros para todos a não ser conseguindo esmagar os direitos da classe trabalhadora — esmagá-los realmente; e a não ser esmagando os capitalismo concorrentes.

Hoje Trump aproveita a situação dominante do imperialismo americano para se livrar de todas as regras, de todos os constrangimentos, tanto nos próprios Estados Unidos como à escala internacional, operando, deste modo, uma mudança qualitativa da própria ordem imperialista mundial. Esta mudança qualitativa foi evocada no relatório apresentado à reunião do colectivo de animação do CORQI de 1 e 2 de Novembro passados, publicado no número 36 d'A Internacional: *“Um dos reflexos desta situação no plano internacional é o próprio imperialismo estar pondo em causa todas as formas institucionais que criou. Particularmente aquelas instituídas a seguir à Segunda Guerra Mundial, que foram necessárias à manutenção da ordem imperialista, necessárias, num primeiro momento, à estabilidade da cooperação contra-revolucionária entre a burocracia estalinista e o imperialismo e, de seguida, necessárias à manutenção do domínio imperialista após a queda da União Soviética. É o próprio imperialismo que, hoje, atenta não apenas contra a estabilidade da ordem mundial alicerçada nessas instituições, mas contra a sua simples existência.*



Trump no dia da posse, 20 de Janeiro, em Washington.

● ANÁLISE

➤➤➤ *É claro – bastará ver o que se passa na Palestina – que as Nações Unidas já não representam, salvo de maneira puramente simbólica, o pilar em que o imperialismo assenta a imposição da sua ordem mundial. Quando dá jeito, invoca-se a ONU em apoio desse domínio. Porém, basta ver como o aparelho de Estado sionista despreza todas as recomendações e votações da ONU, ao ponto de proibir a actividade da UNRWA (agência da ONU encarregada dos refugiados), para perceber que, tirando algum protesto formal das grandes potências imperialistas, Netanyahu tem as mãos livres – tal como, mais geralmente, o imperialismo tem as mãos livres – para actuar como entender, seja embora em violação do que ele próprio apregoa ser o nec plus ultra do “direito internacional”, a ONU.*

O mesmo se diga da União Europeia, da NATO e, internamente aos países, das instituições políticas dos Estados Unidos ou de outras grandes potências, que se vêem alegremente contornadas, postas em causa, subvertidas... porque o imperialismo acha que já não pode perder tempo com os constrangimentos impostos por formas institucionais que correspondem a outra época, a outra relação de forças – quando hoje é preciso passar a uma nova etapa.

O “Estado de direito”, em cujo nome as potências imperialistas pretendem impor aos povos uma série de decisões e regras, só é acatado pelos governos e pelos Estados na medida em que coincide com os interesses capitalistas. Assim que deixa de coincidir, passa-se ao recurso à força.

Neste contexto, a guerra apresenta-se cada vez mais, como dizia Clausewitz, como maneira de resolver as questões que os métodos tradicionais da política não conseguem resolver. A guerra passa a ser um instrumento de primeira linha da política internacional do imperialismo – mas também da política interna: donde, a actualidade da guerra civil.”

“A maior concentração capitalista dos últimos anos”

Trump não esperou pela cerimónia de posse para nomear as primeiras cabeças do seu governo, anunciando claramente a cor. Ministros anti-aborto, anti-imigração, adeptos fervorosos da guerra contra a China, apoiantes

de Israel — e, todos eles, resolutamente anti-operários!

Não se podem referir os primeiros dias de Trump em Washington sem designar o seu novo braço direito: Elon Musk — Musk, o patrão da X e da Tesla, nomeado para chefiar o ministério da eficiência governamental, departamento criado à sua medida depois da eleição de Trump. A missão: realizar cortes de 2 biliões (no Brasil: trilhões) de dólares do orçamento federal de 6 biliões. Se Trump o escolheu foi, nomeadamente, por apreciar em Musk a capacidade de despedir empregados em greve. “Eles entram em greve, e você diz: “não faz mal, está tudo despedido””, deleitou-se Trump em conversa com Musk, difundida na X em 12 de Agosto passado. Para pôr em prática tais cortes e tal política anti-trabalhadores, Musk recusa desde já qualquer constrangimento.

“A posse de Trump foi a maior concentração capitalista dos últimos anos”, escreveu a revista Forbes a 20 de Janeiro. “Vinte e dois bilionários”, “à cabeça de uma fortuna total de 1,2 biliões de dólares, assistiram à cerimónia de posse, quatro deles entre os cinco homens mais ricos do mundo”.

Trump não tenta esconder os objectivos da sua política: permitir que os ricos enriqueçam ainda mais, permitir que os exploradores explorem ainda mais, permitir-lho sem constrangimentos impostos pelos sindicatos, pelas regulamentações operárias, pelos regimes de aposentação, pelos direitos democráticos... Assim, Trump reúne à sua volta todos os que têm interesse em agregar-se à sua volta. A adesão de Zuckerberg e de Bezos a Trump responde a esta lógica. Zuckerberg, o mesmo patrão da Meta que dizia de si ser progressista, apoiando abertamente os candidatos do Partido Democrático. O que fez, porém, Zuckerberg a seguir à eleição de Trump? Um depósito de um milhão de dólares no fundo de Trump para a cerimónia de posse. Anulou todos os dispositivos de *fact-checking* que criara nas suas redes sociais para verificar a veracidade das informações em circulação, nomeadamente no Facebook. E, a seguir,

anunciou que ia pôr imediatamente na rua 5% do seu pessoal, seguindo os passos do seu colega Musk. Em poucos dias, Zuckerberg passou a ser um dos maiores pilares de Trump. Numa das conferências mensais da secção francesa, as “sextas-feiras marxistas”, dedicada aos primeiros dias depois da posse de Trump, o orador referiu-se a este acontecimento: “Eles, lá, todos juntos, antigos reaccionários e antigos progressistas, todos unidos no trumpismo triunfante. Porquê? Porque a “consciência social” dos capitalistas se dissolve ao contacto com a perspectiva do lucro. Chegados a um certo grau de perspectivas de lucro, acaba-se o capitalismo “ético”, “social”, “responsável”. Os lucros: ponto final.”

Elon Musk em Washington

No dia 8 de Fevereiro, o *Washington Post* escreveu que Musk dera início ao *blitzkrieg* contra a administração federal. Nomeado chefe de um ministério da eficiência governamental, o DOGE (*Department of Government Efficiency* em inglês) novo em folha, o objectivo é suprimir maciçamente postos do quadro de 2,3 milhões de funcionários federais — investindo, em particular, contra pessoal ou programas desavindos com as ideias de Trump. Algumas agências federais poderão, assim, ver-se face a cortes de até 60% dos seus quadros. A USAID, a agência humanitária ao serviço da política externa dos EUA, que Musk qualificou de “ninho de víboras marxistas” será liquidada, passando de dez mil a... menos de 300 agentes, segundo o *New York Times* (de 6 de Fevereiro), para economizar 42 mil milhões de dólares. Iguamente na mira: o Medicare, seguro mínimo para os idosos, “onde acontecem as maiores fraudes”, segundo afirma Musk. O professor de direito administrativo da Universidade de Georgetown David Super opina que cortes deste jaez poderão acarretar uma marcha atrás da moderna função pública para o século XIX. Para dar forma a estes ataques sociais, Musk espezinha todas as regras e liberdades democráticas. As despesas federais são, com efeito, em



Trump num comício eleitoral na Pensilvânia, 5 de Outubro de 2024.

princípio, votadas pelo Congresso. Musk rodeou-se de uma pequena equipa de jovens engenheiros encarregados de “piratear” os sistemas informáticos do Estado federal americano e obter uma série de dados, nomeadamente os dados pessoais dos cidadãos americanos, calcando, na passada, uma série de regras democráticas. Deste modo, Musk livra-se do controle do Congresso, incentivando os agentes federais a irem-se embora de *motu proprio*. Para isso, manda fechar escritórios, aumentando os trajectos dos empregados, do mesmo passo que lhes limita as possibilidades de teletrabalho. O objectivo é torná-los as condições de trabalho mais difíceis e empurrá-los para se demitirem. A simples saída em massa de funcionários permitiria que Trump e Musk cortassem o financiamento das agências sem necessidade da aprovação do Congresso. Uma carta enviada aos 2,3 milhões de funcionários, empurrando-os à demissão mediante indemnizações, rendeu já a saída “voluntária” de 65 mil.

Note-se que Musk recorre também à inteligência artificial para determinar os cortes a efectuar nos serviços da administração federal. Usam-se ferramentas de IA para analisar os dossiês e dados governamentais e apurar que trabalho humano pode ser substituído por inteligência artificial, ferramentas de aprendizagem automática ou mesmo robôs. O ministério da educação é o primeiro alvo do processo, uma vez que a inteligência artificial é usada para

analisar os dados financeiros e aponta aos contratos sem base legal, passíveis de anulação.

Sem mais delongas, intensifica-se a ofensiva contra a China

Trump anunciara-o e confirmou-o nas escolhas que fez para a sua administração: o imperialismo americano tem que concentrar a sua ofensiva sobre a China. Isto porque a China ainda assenta num modo de produção estatizado, que obsta ao controle dos seus mercados pelo imperialismo americano.

Que forma revestiu esta ofensiva desde a posse de Trump? Cabe aqui focar o tema da inteligência artificial, do seu desenvolvimento e das repercussões decorrentes sobre a economia americana. Logo que tomou posse, Trump recebeu na Casa Branca Sam Altman, o patrão da Open AI. Anunciou, na ocasião, o projecto Star-gate: um investimento do governo americano no domínio da inteligência artificial, no valor de 500 mil milhões de dólares. Contudo, dias depois, salta para a ribalta a inteligência artificial chinesa na forma da aplicação Deep Seek. Um modelo de inteligência tão ou mais válido do que o modelo americano, menos consumidor de energia, de produção muito menos cara e acesso gratuito. Em um fim de semana, a Deep Seek torna-se na aplicação mais vezes descarregada nos Estados Unidos. Na segunda-feira seguinte, o valor em bolsa da

Nvidia nos Estados Unidos caía 600 mil milhões de dólares, seguida de outras empresas tecnológicas americanas. Ao todo, em apenas um dia, essas empresas perdem 1 bilião de dólares. Intolerável para os accionistas dos capitalistas americanos! O governo declarou de imediato a Deep Seek uma ameaça à segurança nacional. A 30 de Janeiro, a Comissão de Relações Internacionais do Senado reuniu uma audiência com o tema “a influência nefasta da República Popular da China, tanto internamente como no exterior”. Havia convidados, nomeadamente Melanie Hart, militante anti-China, antiga supervisora da estratégia para os semicondutores. Para ela, é “preciso roubar-lhes os melhores engenheiros”. Outra presença foi a de Peter Mattis, que venceu a necessidade de obrigar a vender as aplicações chinesas a empresas americanas ou então proibi-las. Os capitalistas esperam do governo medidas e restrições do Estado contra a China, no objectivo de garantir o monopólio da inteligência artificial.

Ma não é só a questão da inteligência artificial. Ele já o falara antes de ser presidente e, agora, fez mesmo: no dia 1 de Fevereiro, Trump anunciou um aumento de 10% dos direitos sobre produtos chineses importados pelos Estados Unidos. A subida de patamar suscitou reacções rápidas de Pequim. A China anuncia impor direitos aduaneiros de 15% sobre as importações de carvão e gás natural líquido a partir de 10 de Fevereiro, bem como pautas de 10% sobre as importações de petróleo. Além destas medidas, decide ainda apresentar queixa junto da OMC e lançar uma investigação à Google, que acusa de violar as leis antimonopolistas da República Popular da China.

Os primeiros dias de Trump em Washington marcam um novo patamar na ofensiva contra a China, correspondendo à vontade de uma parte da burguesia americana de avançar para o confronto. No entanto, deste exemplo transparecem também os limites e contradições que Trump defronta para aplicar a sua própria política... lembrando, como Lenin de-

● ANÁLISE

>>> terminou, que não há super-imperialismos.

Trump todo-poderoso? Contradições e limites na galáxia Trump

Sim, ao voltar para Washington, Trump não perdeu tempo e começou logo a tomar uma série de medidas significativas, disso são testemunho os primeiros 46 decretos que assinou no dia da posse. Só que, uma vez mais, as coisas não são tão simples.

Pegando na questão da imigração: os trabalhadores imigrantes foram um dos principais alvos das primeiras medidas de Trump. O 19º e o 26º decretos presidenciais declararam o “estado de emergência” na fronteira com o México, para aí destacando o exército e a guarda nacional e usando drones para impedir fisicamente entradas “por todos os meios apropriados”. O 24º e o 36º suspenderam as admissões de refugiados. O 46º proclama o fim da “invasão” de imigrantes... Só que estas medidas estão longe de serem abraçadas por todos os que o rodeiam. Porquê? Porque uma parte da burguesia tira os seu lucros da exploração da mão de obra imigrante. É esse o caso, designadamente, de Rick Naerhout, patrão dos lacticínios no estado de Idaho (estado cujos eleitores praticamente plebiscitaram Trump), que receia as consequências de deportações em massa de imigrantes: *“Bastariam poucos dias sem podermos alimentar nem ordenhar as nossas vacas para toda a indústria de lacticínios do país sofrer prejuízos irreparáveis.”* (Geo, 2 de Janeiro). Musk está no mesmo caso: muitas empresas de alta tecnologia dependem da possibilidade de recrutar dezenas de milhares de engenheiros e técnicos formados na Índia ou noutros países da Ásia. Neste domínio, Trump fica entalado entre os interesses duma fracção da burguesia que constitui parte do seu eleitorado e as “aspirações” duma fracção reaccionária da população americana que votou nele, nomeadamente, por causa da promessa de expul-

sar do país grande parte dos trabalhadores imigrantes.

No dia 1 de Fevereiro, Trump anunciou que, a partir de 4 de Fevereiro, entraria em vigor um aumento de 25% das pautas aduaneiras sobre as importações do México e do Canadá. A medida foi suspensa logo daí a pouco, no dia 3, assim que a reacção dos mercados financeiros se fez sentir: um colapso bolsista incipiente na *Wall Street*. Trump, ao serviço da sua própria classe, levou este dado a sério. O anúncio provisório de um acordo com o México (e, mais tarde, com o Canadá) fez com que os mercados descolassem de novo. Houve, aliás, outros aspectos que foram levados em consideração nesta mudança de decisão. Os direitos aduaneiros impostos ao México e a Canadá teriam acarretado não só um aumento do custo do xarope de ácer e do guacamole importados pelos Estados Unidos; teriam, também, e principalmente, surtido consequências na indústria automóvel. O aumento das pautas aduaneiras teria tido impacto significativo na cadeia de produção, importando em aumentos do custo dos veículos novos na ordem de 3 mil dólares por unidade. Ora, para ser eleito, Trump contou com o apoio dos construtores automóveis de Detroit — mas não só deles. Durante a campanha, Trump dirigiu-se aos trabalhadores americanos, denunciando a responsabilidade de Biden na labareda inflacionista que arruinara o seu poder de compra. *“Votar Trump significa pagar menos pelo carrinho de compras”*, apregoara na campanha. *“A começar no dia do meu juramento, farei com que os preços desçam rapidamente; a América ficará outra vez acessível”*. Ora, não só os preços continuam sem baixar, como o aumento das pautas aduaneiras terá repercussões directas no poder de compra dos trabalhadores americanos. Mostra-o estudo do *Budget Lab* da universidade de Yale, que indica que os direitos custarão a cada família americana, em média, entre 965 e 1.160 euros. Com efeito, as sociedades importadoras, que vão ter de

pagar os direitos alfandegários, repercutirão as sua perdas nos consumidores, aumentando os preços para não terem de morder no seu próprio lucro. Na grande distribuição, *“o impacto dos direitos aduaneiros sentir-se-á, assim, (...) no lapso de poucas semanas”*. Muito longe da promessa de que Trump fez eixo da sua campanha e lhe valeu extenso apoio, de tal maneira haviam os trabalhadores americanos sofrido, nos anos mais recentes, os efeitos de uma inflação muito significativa. A resposta da China, decidindo, por seu turno, responder à alta dos direitos aduaneiros com direitos sobre os hidrocarbonetos, vai no mesmo sentido. Tanto mais que os Estados Unidos dependem do mercado chinês para exportarem o seu petróleo. Trump vê-se, assim, confrontado com as suas próprias contradições e com as contas que tem de prestar à sua base eleitoral.

E se bem que tente abster-se de regras e contornar as regras estabelecidas, como faz com Musk quando este, para fazer cortes substanciais no orçamento do Estado federal, não passa pelo Congresso, Trump continua a estar limitado pela Constituição. Logo no primeiro dia, Trump anunciou um novo decreto que punha em causa o direito do solo, garantido pela 14ª emenda à Constituição americana. Tal reinterpretação da Constituição foi rapidamente bloqueada por um juiz federal, que declarou a inconstitucionalidade do decreto. Por agora, Trump não tem condições para se emancipar dos limites que a Constituição americana e as suas instituições lhe impõem. Não tem essas condições, tanto mais que a classe trabalhadora americana marca presença. O que não quer dizer que não tente — ainda que, para isso, tenha de se multiplicar em tentativas de golpes de força que violam a própria Constituição.

Para isso, porém, vai ter de se haver com a classe trabalhadora

Há meio século, Margaret Tha-



Greve dos trabalhadores da Starbucks (Dezembro de 2024)

tcher, a primeira ministra britânica, disse “não saber o que é isso de sociedade”. Até certo ponto, Trump faz sua essa linha. O que ele diz é mais ou menos isto: “já não quero saber das regras estabelecidas, das regras da democracia, das regras de representação das populações, dos direitos adquiridos. Vamos para onde queremos ir, quando quisermos e quando assim resolvermos”. Não se quer maçar mais com constrangimentos formais e regras de organização da sociedade. Tal orientação agradou a um segmento da burguesia americana, atraindo-a.

Assinalemos, entre os próximos de Trump, um certo Peter Thiel. Muito mais discreto do que Musk, este bilionário, cuja fortuna se baseou na Paypal, já em 2016 reivindicara apoiar o candidato republicano. Num ensaio datado de 2009, intitulado “A educação dum libertário”, Peter Thiel explicava considerar que capitalismo e democracia tinham deixado de ser compatíveis: quanto mais a democracia se alargasse, mais as massas pediriam concessões aos capitalistas. A solução: menos democracia. É exactamente o que Trump está a prometer aos seus multimilionários, quando promete que não se vai deixar deter por regras, constrangimentos e baías. Significará então a chegada de Trump a

Washington e a mudança qualitativa em que ela se traduz o fim da democracia e o princípio do fascismo?

Por muito que desagrade a Peter Thiel, ainda estamos longe desse ponto. Pois a classe operária, tanto a americana como a internacional, está longe de ter sido derrotada.

A classe operária americana ainda não disse a última palavra

O que se está a jogar é, sim, o choque entre as duas classes, tanto nos Estados Unidos como à escala internacional, dado que a política levada a cabo pelo imperialismo mais poderoso surte consequências no mundo inteiro.

A classe operária americana não está derrotada. O início de mobilização, que se organiza em vários sindicatos, nomeadamente para enfrentar a política anti-imigrantes de Trump, é disso testemunho. Os primeiros decretos do presidente nesta matéria deram azo a uma série de rusgas, detenções e expulsões. Militarização da fronteira mexicana, rusgas da polícia federal da imigração — a ICE — em escolas, dispensários, igrejas... Ainda não fazia uma semana que Trump detinha o comando, já o porta-voz da Casa Branca declarava que uma

primeira operação de massa importara em 538 detenções de migrantes e na expulsão de centenas de imigrantes ilegalmente presentes no território.

Uma das nossas correspondentes sindicalistas de Nova Iorque contou como se organizou a mobilização para proteger os trabalhadores imigrantes: “Como sindicato, preparamo-nos para poder proteger os nossos colegas imigrantes. Eu informei-me de como a polícia federal procedia às detenções. O ICE treina os seus agentes para montarem armadilhas para facilitar as detenções. A 4ª emenda constitucional impede-os de arrombar portas para deterem alguém, a não ser que haja um mandado especial que o autorize. Eles arranjam maneira de evadi-la: convocam os imigrantes, dizem-lhes que perderam os papéis e que podem ir buscá-los a tal escritório. Batem à porta, fingem que vão lá para inspecionar o edifício... quando a pessoa sai, já pode ser presa. Ouvi mesmo de casos em que os agentes falam em espanhol, propondo à pessoa que saia de casa para conversar sobre a Bíblia! Uma vez fora de casa, têm o direito de prendê-la. O que nós fazemos é distribuir folhetos a informar os trabalhadores imigrantes e inteirá-los dos direitos que lhes assistem.”

Em Chicago, Trump queria orquestrar rusgas maciças aos imigrantes. O sindicato dos professores, a *Chicago Teachers' Union* (organizador da histórica greve de 2019), encarregou-se de defender os trabalhadores imigrantes.

Sabendo que os decretos de Trump permitem aos agentes da imigração fazerem rusgas em escolas, hospitais, creches e locais de culto, o sindicato apelou aos seus filiados para que “se unissem para proteger os nossos alunos e a suas famílias” (24 de Janeiro). Juntando às palavras actos, relata o sindicato que “hoje, a administração escolar confirmou que agentes da polícia da imigração tentaram entrar sem mandato numa escola primária. Nos termos do nosso contrato colectivo, onde consta o carácter inviolável da escola, o pessoal não deixou entrar os agentes federais.” Os sindicalistas, conduzidos pelo presidente do sindicato e por um advogado, foram prestar apoio aos professores, protegendo as crianças e expulsando a polícia federal. Um artigo do jornal *The*

● ANÁLISE

>>>



Piquete de greve dos trabalhadores da Amazon, Dezembro de 2024.

Organizer, da organização americana que se reclama do CORQI, descreveu deste modo as mobilizações na Califórnia: “Em 28 de Janeiro, em San José (Califórnia) — num distrito em que vivem e trabalham 134 mil imigrantes indocumentados — quando se soube de uma rusga da ICE, centenas de estudantes do liceu William C. Overfelt High School vieram para a rua em manifestação, invadindo a cidade. “Parem com as rusgas, parem com o ódio!” e Protecção dos trabalhadores agrícolas”, lia-se nas faixas. Muitos são filhos de operários agrícolas mexicanos que o colapso da agricultura, devastada pelos tratados de comércio livre, obrigou a emigrar. No mesmo dia, em São Francisco, a secção local 87 do sindicato Service Employees International Union (SEIU, com 2,2 milhões de filiados) realizou uma conferência de imprensa. A presidente do sindicato, Olga Miranda, denunciou as rusgas policiais em prédios de escritórios, para encontrar e prender mulheres da limpeza, que são sobre-exploradas e, muitas delas, indocumentadas. Miranda referiu que o seu sindicato exige que os patrões recusem a entrada à ICE e informou os trabalhadores do que fazer em caso de rusga.”

Também os ataques dirigidos por Trump e Musk contra a administração federal não ficam sem resposta. O AGFE, sindicato dos empregados do Estado, e o AF-SCME, sindicato dos empregados federais dos estados, distritos e municípios, intentaram uma acção em justiça contra a administração Trump, contestando o seu esforço para “politizar a função pública”, isto é, atentar contra a neutralidade dos fun-

cionários. “Juntos, conseguiremos bloquear a tentativa de despedir milhares de trabalhadores americanos sérios e abnegados, que dedicaram a carreira ao serviço do país, e impediremos que sejam substituídos por lacaios políticos incompetentes, leais ao Presidente, mas não à lei e à Constituição”, declarou o presidente do AFGE, Everett Kelley.

A resistência da classe trabalhadora americana não se afere unicamente pelas respostas aos ataques de Trump, mas também pela continuação da capacidade de organização dos trabalhadores, por todo o lado, para conquistar direitos e reivindicações e combater a exploração. Ilustram-no os trabalhadores do centro médico de San Pedro, “Providence Little Company of Mary”, que, com o sindicato, conquistaram o seu primeiro contrato colectivo em 28 de Janeiro, após um ano de mobilização. Obtiveram aumentos salariais de 8 a 58%. “O acordo abrange cerca de 600 enfermeiras profissionais diplomadas, assistentes hospitalares, técnicos de radiologia, inaloterapeutas, assistentes de saúde mental, assistentes sociais, terapeutas de readaptação, dietistas, trabalhadores dos serviços alimentares e outros cuidadores do hospital, que, com 231 camas, abrange o maior centro de cuidados não urgentes da região”, escreve o National Union of Healthcare Workers. Ilustraram-no igualmente os trabalhadores da Philly Whole Food, em 27 de Janeiro, ao votarem pela criação do seu sindicato, derrotando o patrão: ninguém menos que o novel adepto de Trump Jeff Be-

zos! Foi a segunda vez que os trabalhadores americanos ganharam uma batalha sindical à Amazon. Um dos organizadores da mobilização, Ed Dupree, conta que “a principal preocupação de cada um é a melhoria dos salários, dos cuidados de saúde e das protecções no local de trabalho, particularmente para os trabalhadores de mais idade ou com deficiência. E pôr termo ao assédio de que são vítimas os colegas de trabalho. (...) Inspirámo-nos muito no que se fez na Starbucks. (...) Tudo isto permitiu-nos compreender a escala a que tínhamos que operar para conseguir o primeiro contrato, o que influenciou a nossa decisão de nos filiarmos no UFCW [United Food and Commercial Workers, sindicato dos trabalhadores da alimentação e do comércio, nota da redacção] em vez de sermos independentes. Sabemos que vai ser preciso não ser só a nossa loja; mas ter ganho esta votação foi uma fonte de inspiração para outros, e estamos prontos para apoiá-los. Algumas lojas da Whole Foods estavam já a organizar-se antes da segunda-feira passada, e, desde então, contactou-nos muita gente. (...) Importa lembrar que, se bem que o governo e a política eleitoral contem, o verdadeiro poder vem dos trabalhadores que se organizam e se batem no seu local de trabalho. No trabalho, temos um poder colectivo, é lá que temos de começar a mudar as coisas.”

A subordinação do movimento sindical aos partidos políticos

Só que, uma vez mais, as coisas não são assim tão simples. O movimento operário tem, na situação actual, a responsabilidade de organizar a resistência da classe trabalhadora ao trumpismo fascizante. Para isso, porém, é preciso que o próprio movimento operário não esteja amarrado directamente a Trump.

Ora, tal é a orientação da direcção de vários sindicatos. Impedindo o recomeço da greve dos 47 mil estivadores da costa leste dos Estados Unidos, Harold J. Dagget, o presidente do sindicato ILA, saudou em Trump um dos “melhores amigos dos trabalhadores e trabalhadoras”. Não é o único... Ao Washington Post (de 19 de Ja-

neiro), Shawn Fain, o presidente dos United Auto Workers (UAW), declarou que “estamos prontos para trabalhar com Trump”. Representante da “esquerda” do aparelho sindical, apoiante do Partido Democrático, Fain sustentara, em finais de Agosto de 2024, que a candidata democrata, Harris, era “uma combatente da classe operária”, qualificando Trump de “scab” (fura-greves). Tudo águas passadas, Fain escreve agora que “Trump prometeu instaurar direitos aduaneiros para proteger os trabalhadores, e nós concordamos que as pautas aduaneiras são um instrumento necessário”.

Para defenderem os seus interesses de classe, os trabalhadores americanos precisam de se livrar de quem subordina o movimento sindical tanto ao Partido Republicano... como ao Partido Democrático. Pois a subordinação de grande número de direcções sindicais ao Partido Democrático, também ele representante dos interesses da classe capitalista, não só permitiu a vitória de Trump como continua a ter peso. Como se não-de eles opor a determinados aspectos da política de Trump, que mais não são do que continuação das de Biden, quando se fez campanha por Kamala Harris, que abraçou a política de Trump? Num artigo da *Drop site* datado de 30 de Janeiro, fica-se a saber que o projecto de Trump de enfiar os trabalhadores imigrantes detidos em Guantanamo provém, na realidade, de Biden! “Na quarta-feira, o presidente Donald Trump assinou um decreto que tem em vista “aumentar” um centro de detenção de imigrantes situado na base naval de Guantanamo Bay. Antes da publicação do decreto, a administração tinha anunciado que 30 mil imigrantes seriam detidos em Guantanamo. (...) Se bem que não se saiba ainda se, ou como, Trump poderá alargar a detenção dos imigrantes a Guantanamo, os responsáveis da administração partiram com avanço, graças... ao ex-presidente Biden.

Há anos que as administrações democratas e republicanas usam uma secção pouco conhecida da base naval de Guantanamo Bay para deter imigrantes, principalmente os oriundos das Caraíbas. Dado o carácter secreto

desta instalação, que dá pelo nome de Centro de Operações para Imigrantes de Guantanamo (MOC), são geralmente desconhecidas as condições que lá reinam.” Republicanos e democratas, os dois partidos principais, estão ao serviço de uma mesma e só política de classe, contra a classe trabalhadora. Torna-se claro que a concentração de forças no Partido Democrático não vai ser solução, mas sim travão para os combates em preparação. Ideia esta que a moderação de que o Partido Democrático dá mostras desde a posse de Trump reforça, especialmente quando se poderia opor à sua política. Tem aprovado, nomeadamente, todas as propostas de candidaturas feitas por Trump para o seu gabinete, quando podia ter-se servido das regras do Congresso para demorar o processo. Ao ponto de grupos de jovens filiados no Partido Democrático tentarem fazer pressão sobre a direcção para fazê-la “acordar”.

A questão, aqui, é a que o sindicato UE articulou em declaração de 6 de Novembro de 2024, quando Trump foi eleito: “O movimento sindical não pode pura e simplesmente dar-se ao luxo de se remeter à defensiva (...) Os nossos sindicatos têm de estar preparados não só para defender militantemente os trabalhadores, mas também para conduzir uma resistência social ampla e militante contra Trump e o Congresso republicano. É possível derrotar a pauta republicana anti-trabalhadores, e o movimento sindical tem de responder presente e ajudar a travar essas lutas (...) Estas eleições voltaram a demonstrar que o actual sistema bipartido é incapaz de unir o povo trabalhador em torno de uma visão progressista. Reiteramos a posição tomada pelo Conselho Executivo Geral do UE em Setembro: “Os trabalhadores necessitam de uma organização política independente para lutar pelos nossos interesses contra o sistema bipartido corrupto, e nós apelamos às nossas secções locais e aos nossos filiados,

assim como ao resto do movimento sindical e aos nossos aliados de outros movimentos sociais para que levem a sério a construção de uma verdadeira alternativa política, um partido trabalhista que una a classe trabalhadora e fale em seu nome.” Não nos podemos, porém, ficar pelas declarações, é preciso passar aos actos!

Na situação actual, a tarefa dos militantes revolucionários

Que tarefa espera hoje os militantes revolucionários?

Numa sexta-feira marxista realizada em Novembro, Alan Benjamin, responsável de *Socialist Organizer*, referiu que “segundo a comunicação social capitalista e os especialistas políticos, no dia 5 de Novembro o povo americano virou drasticamente à direita em direcção ao fascismo, infligindo à classe operária uma derrota histórica. Mas eles estão enganados. O que foi vencido no dia 5 de Novembro foi a orientação dos dirigentes falidos do movimento operário e de todos os sectores oprimidos para com o Partido Democrático — semeando a ilusão de que apoiar os democratas pode ser uma espécie de dique contra a maré alta do fascismo. Não é assim. É verdade que o golpe desferido contra os trabalhadores e os sectores oprimidos foi duro. Contudo, do mesmo passo que se amplia o movimento pró-fascista, ainda vamos a tempo de inverter a situação em prol da classe operária e dos oprimidos.

Se bem que a classe trabalhadora, os seus sindicatos e organizações tenham sido muito enfraquecidos pela política de subordinação ao Partido Democrático, os sindicatos revigoraram-se nestes últimos dois anos numa longa série de greves dirigidas pela base, em todas as indústrias. Eles mostraram-se capazes de lutar contra a ofensiva lançada em nome da palavra de ordem MAGA (Make America Great Again/Restituir o Esplendor da América). O *Socialist Organizer* sustenta que não podemos nem devemos deixar o fascismo levar a melhor. O que é preciso para deter — e inverter — a ofensiva conduzida pelos capitalistas é que o movimento operário rompa com o Partido Democrático e,

>>>

● ANÁLISE

>>> *em aliança com as organizações dos sectores oprimidos, trave o combate pela construção de um Labor party (Partido Trabalhista). Tem de ser uma ruptura cerce com os dois partidos capitalistas.”*

A ruptura com ambos os partidos capitalistas é também o combate travado pelo *Ujima People's Progress Party*, organização operária negra do estado de Maryland, que, no número de Janeiro do seu jornal *The Progress Report*, alertava os trabalhadores negros empenhados na luta contra a administração Trump: “No seu discurso de posse, Trump definiu o quadro para a realização dos projectos do seu governo de extrema-direita. Rodeou-se de capitalistas multimilionários e de agentes de alto nível do imperialismo americano. (...) O Partido Democrático não tem a mínima intenção de combater a administração Trump. Não defenderá nem os negros, nem os imigrantes nem os trabalhadores contra os seus ataques. Nós, trabalhadores negros, temos de acelerar o desenvolvimento da nossa própria organização política independente. Temos de romper com o Partido Democrático capitalista, pois a visão do mundo dele é a mesma do Partido Republicano: supremacia branca, imperialismo e capitalismo — porventura, na forma, com menos agressividade do que a administração Trump.

Os negros, imigrantes e a classe trabalhadora têm, pois, de estar preparados. É necessária uma resistência organizada e independente contra os ataques que Trump irá desferir contra os nossos direitos. Não permitamos, porém, que o Partido Democrático desvie a nossa resistência ao fascismo e à opressão do Estado.” Mais do que nunca, a situação põe, nos Estados Unidos, o problema da luta por um verdadeiro partido da classe operária, pela ruptura das direcções sindicais com o Partido Democrático e com o Partido Republicano, formando um verdadeiro Labor Party, no que se inclui a possibilidade de um partido operário negro ligado à luta por um Labor Party assente nos sindicatos e em ruptura com o Partido Democrático. O problema da resistência à política de Trump não pode, no entanto, pôr-se apenas à escala dos Estados Unidos. Ele põe-se, pelo contrário, à escala internacional. Os combates vindouros não podem, no mais, limitar-se à simples resistência ao trumpismo triunfante: a questão é lutar para acabar com o sistema capitalista assente na propriedade privada. Na sua declaração de 11 de Novembro, o Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional escrevia que, “para os

partidários da reconstituição da IVª Internacional, todos estes processos põem na ordem do dia a revolução proletária. Dos dois lados do Atlântico e em todos os continentes, milhares de milhões de trabalhadores, camponeses e jovens vêem-se confrontados com a guerra e com a corrida para a guerra mundial, para o agravamento significativo das suas condições de existência, ameaçando a sua sobrevivência. Em toda a parte se sente a procura da luta de classes, que revestirá necessariamente formas inéditas. Preparemo-nos, pois.

Para os partidários da reconstituição da IVª Internacional, a consequência desta nova viragem da situação mundial é, mais do que nunca, termos de ajudar na preparação da luta de classe contra os governos capitalistas fautores de guerra.

É, portanto, o combate por verdadeiros partidos dos trabalhadores, combate por governos dos trabalhadores que rompam com a burguesia e as suas instituições, rompendo com a barbárie engendrada pela falência do sistema assente na propriedade privada dos meios de produção.”

Ameaças de Trump contra o povo palestino em Gaza dirigem-se contra todos os trabalhadores e povos do mundo!

Declaração do Comité de Organização pela Reconstituição da IV^a Internacional (CORQI) (6 de Fevereiro de 2025)

A declaração de Trump de 4 de Fevereiro, ameaçando “assumir o controlo” da Faixa de Gaza e fazer dela, depois de expulsar dois milhões de palestinos, a “Riviera do Médio Oriente”, não deve ser tomada de ânimo leve. É a primeira vez, desde a queda de Hitler, em Maio de 1945, que o chefe de Estado de uma grande potência imperialista reivindica abertamente a deportação em massa de populações a tal escala.

Estas ameaças acrescem às que começou a fazer em 20 de Janeiro: anexação da Gronelândia, do Canal do Panamá e do Canadá, aceleração dos preparativos para a guerra contra a China e ameaças contra o México. São medidas de guerra “externa” indissociáveis da guerra declarada “internamente” contra a classe trabalhadora americana e as liberdades democráticas, cujas primeiras vítimas são o segmento da classe trabalhadora que são os trabalhadores imigrantes.

As ameaças de Trump contra Gaza são de extrema gravidade. Que ninguém as tome de ânimo leve. Elas dirigem-se contra os trabalhadores e povos de todo o mundo.

Elas respondem directamente ao movimento de 500 mil palestinos — homens, mulheres, crianças e idosos — no final de Janeiro, percorrendo a pé dezenas de quilómetros de regresso ao Norte da Faixa de Gaza “para montar tendas nas ruínas das suas casas”, desafiando quem lho proibia. Apesar de quinze meses de genocídio perpetrado por Israel

— que previra “esvaziar” e anexar o Norte da Faixa de Gaza — e apesar do sofrimento e do sacrifício de dezenas de milhares de vidas, o povo palestino mostrou que não renunciava nem ao regresso, nem à sua terra, nem à sua vontade de formar a sua própria nação. Este movimento é o movimento da revolução palestina, propulsionada, desde 1948, pela reivindicação do direito de regresso. Para o imperialismo, a persistência das reivindicações democráticas elementares de direito ao regresso, direito à terra e direito à nação é intolerável.

Ao ameaçar com uma intervenção directa dos Estados Unidos em Gaza, militar se for preciso, Trump lançou dúvidas implícitas sobre a capacidade do Estado sionista para continuar a desempenhar o papel que há setenta e seis anos tem sido o seu, de base avançada do imperialismo norte-americano no Médio Oriente. Isto, apesar das declarações entusiásticas de Netanyahu e da pressa do seu ministro da Defesa em *“ordenar ao exército israelita que prepare um plano que permita a todo o habitante de Gaza que o deseje partir para qualquer parte do mundo que aceite acolhê-lo”*. Enquanto isto, negando os comentários de Trump sobre o possível envio de tropas americanas para Gaza, o Secretário de Estado, Rubio, lembrou que, cinquenta anos depois, o espectro da amarga derrota do imperialismo americano no Vietname continua a assombrar a sua cúpula.

As reacções indignadas tanto dos regimes árabes reaccionários (a começar pela Jordânia, Egipto e Arábia Saudita) como da ONU, da União Europeia e dos seus principais chefes de Estado, como Macron e Starmer, não enganam

ninguém. Todos eles apoiaram, juntamente com Biden, o genocídio em Gaza e os crimes na Cisjordânia de Netanyahu, que agora permitem que Trump suba de patamar. Os países imperialistas armaram e financiaram Israel. Todos aqueles que às provocações de Trump contrapõem a pretensa “solução de dois Estados” esbarram com a realidade; não há alternativa: ou expulsão e genocídio, ou Estado palestino uno, laico e democrático em todo o território da Palestina histórica, garantindo a igualdade de direitos de todos os seus cidadãos.

Não resta dúvida de que outras razões há para Trump ter feito as declarações que fez, como as recentes descobertas de campos de gás ao largo de Gaza, para não falar do envolvimento do genro em projectos “imobiliários” na Faixa de Gaza. Visto assim, é o mesmo Trump que condiciona a ajuda militar à Ucrânia à pilhagem das terras raras deste país. Assim como os seus preparativos de guerra contra a China são motivados, em primeiro lugar, pela exigência de Wall Street de derubar a economia chinesa assente na propriedade do Estado para poder pilhar a economia e os recursos naturais que pertencem ao povo chinês.

Sejam quais forem as circunstâncias, Trump limita-se a reflectir a necessidade da classe capitalista dos Estados Unidos de fazer o que, onde e como bem entender, sem entraves, esmagando o resto do mundo e mergulhando a humanidade na barbárie. É esse o significado profundo da palavra de ordem “America First”. Trump e a sua brutalidade fascizante é mera expressão do impasse do sistema capitalista em decomposição, ao qual a única alternativa é a luta pelo socialismo.

● DOCUMENTOS

>>>

O Comité de Organização pela Reconstituição da IV^a Internacional afirma:

- Não compete à administração Trump decidir o futuro do povo palestino nem de nenhum povo: ela é o inimigo de todos os trabalhadores e povos do mundo.
- Assim como não compete à ONU nem às instituições internacionais, cúmplices dos crimes contra o povo

palestino, decidir desse futuro.

- A mobilização revolucionária dos trabalhadores de todo o mundo e dos Estados Unidos é o que abrirá um futuro a todos os povos, incluindo ao povo palestino.
- É direito inalienável dos refugiados palestinos exercerem o seu direito a regressar, sejam eles refugiados de 2025, de 1967

ou de 1948.

Estas questões serão centrais para a contribuição que os militantes do CORQI darão ao encontro internacional de emergência contra a guerra imperialista mundial que juntará, em Paris, nos dias 21 e 22 de Março, militantes, grupos e correntes de todas as tendências do movimento operário.

Prepara-se o terceiro encontro internacional de jovens revolucionários

No próximo verão, os militantes jovens da secção francesa da IV^a Internacional propõem-te participares num encontro internacional de jovens revolucionários durante quatro dias.

Há vários meses que, por acção da luta de classes, a situação mundial se modifica a grande velocidade. Onde estará o mundo no próximo mês de Agosto? Quem pode dizê-lo?!

Que será da guerra na Ucrânia? Da guerra no Médio Oriente? Da situação nos Estados Unidos? Vamos discuti-lo com camaradas vindos desses países, para nos

organizarmos e combatermos o capitalismo e a sua barbárie à escala mundial.

No verão passado, realizámos o segundo encontro de 90 jovens vindos de 11 países — Palestina, Estados Unidos, México, Canadá, Azânia (África do Sul), Rússia, Ucrânia, Portugal, Itália, Estado espanhol e França.

No apelo comum que aprovámos no fim dos debates, escrevemos que *“Mais do que nunca, reafirmamos que os jovens não são inimigos uns dos outros. [...] Debateremos a situação de guerra, da opressão das mulheres, as questões nacionais e do direito dos povos*

a dispor de si mesmos, a destruição do ambiente... Todas estas discussões repõem sempre o mesmo problema, a necessidade de derrubar o sistema capitalista, a que é preciso pôr fim!

Mais do que nunca, temos de reforçar os laços entre os jovens do mundo inteiro.”

Este ano, o terceiro encontro decorrerá de quinta-feira, 28, a domingo, 31 de Agosto de 2025, na região de Paris, e haverá mais países representados.

Será organizado um transporte colectivo de Paris para o lugar da nossa estada.

Ucrânia

Três anos de guerra e sofrimento

Apresentação

Ao fecharmos este número d'A *Internacional*, a 16 de Fevereiro de 2025, multiplica a administração Trump as propostas de “negociação” ao regime de Putin, enquanto, na Ucrânia, Zelensky se anuncia pronto a discutir perdas de território. Faz três anos que a guerra começou na Ucrânia, opondo, de um lado, a NATO ao regime dos oligarcas mafiosos da Rússia, do outro. Uma guerra que o Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) desde logo caracterizou como guerra imperialista, dos dois lados da frente. Três anos de destruições (avança-se o número de um milhão de vítimas, civis e militares, ucranianas e russas), sofrimento e desgraça para os povos ucraniano e russo, man-

dados para a carnificina pelos seus governos para servir interesses que não são seus. Uma guerra na qual os países da NATO despejaram centenas de milhar de milhões de dólares e euros — para maior benefício da indústria armamentista dos Estados Unidos — no armamento do regime de Zelensky, enquanto Putin punha a Rússia em regime de economia de guerra. Dos dois lados da frente, os dirigentes dos principais partidos de “esquerda” apoiaram os respectivos governos imperialistas, votando-lhes os créditos de guerra. Assim fizeram os *Democratic Socialists of America* (DSA) a 20 de Abril de 2024 no Congresso dos Estados Unidos, assim, por mais de trinta vezes, desde 1 de Março de 2022, os eurodeputados de “esquerda” ao Parlamento Europeu (dos partidos socialistas e

sociais-democratas, dos antigos PCs, da *France insoumise*, Bloco de Esquerda e *Podemos*). Na Duma russa, os representantes do pretensso “Partido Comunista” da Federação Russa apoiaram igualmente a guerra. Contra este “social-chauvinismo” do século XXI (para reatar com a caracterização feita por Lenin em Agosto de 1914), uma delegação de militantes operários internacionalistas ucranianos e russos participou no encontro internacional de urgência contra a guerra imperialista global (Paris, 21 e 22 de Março). No âmbito da sua “tribuna livre”, a redacção d'A *Internacional* publica a contribuição de um destes camaradas, militante comunista da Ucrânia, como contributo para a discussão.

A redacção

POR VIKTOR SYDORCHENKO

A expressão “viver em tempos de mudança”, precedida, como sói, de um profético “Deus nos livre”, é provavelmente a que melhor resume o estado de espírito da imensa maioria dos habitantes de Ucrânia nas últimas décadas. Podemos afirmar com toda a certeza que a sociedade ucraniana e o país vieram a ser palco das mais sofisticadas experiências sociais, com a guerra russo-ucraniana como ponto culminante.

A actual guerra pode classificar-se, correctamente, como verdadeira primeira guerra do século XXI. Afirmam-no os militares e especialistas dos dois lados. É a guerra de mais alta tecnologia: modificou já, sem dúvida, as cartilhas dos principais exércitos do mundo e mudou a produção de equipamentos pelos grandes grupos do complexo militar-industrial. Para as populações, a guerra transformou-se em catástrofe humanitária. Enquanto isso, para os dois beligerantes, foi o ensejo

para ensaiar, em tempo real, o armamento moderno.

A mobilização: uma espada de Dâmocles sobre os trabalhadores da Ucrânia

Desde, pelo menos, o dois últimos anos da guerra, a Ucrânia tem estado constantemente no cerne dos escândalos ligados à mobilização forçada de civis. O regime de Zelensky, que, no início da invasão russa, tinha na mão todas as possibilidades de juntar o povo atrás de si em nome da defesa da soberania e da independência do país, ficou completamente desacreditado ao fim de três anos de conflito. A razão é a mobilização forçada da população, que tem desenvolvido a corrupção e todo um sistema de estruturas de medidas punitivas em que hoje as autoridades de Kiev se apoiam.

Segundo muitos especialistas mil-

itares, particularmente o russo Valery Chiryaev, os problemas das forças armadas ucranianas na linha da frente prendem-se principalmente com a vantagem numérica de que as forças armadas russas beneficiam. O regime de Kiev não conseguiu resolver este problema no ano transacto. Em vez disso, o vocábulo “bussificação”, sinónimo da mobilização forçada em processo expeditivo, ficou como “palavra do ano de 2024”, segundo o dicionário Myslovo, que repertoria a língua moderna e a gíria ucranianas.

O ministério da defesa ucraniano estima que, por força da nova lei sobre a mobilização, 11,1 milhões de homens ucranianos deviam ter actualizado os seus dados, no verão passado, na aplicação móvel Reserve+, criada para tal efeito. Apenas 4,7 milhões o fizeram no prazo estabelecido pela lei. Houve, portanto, 6 milhões de ucranianos que se recusaram a actualizar os seus

● DOCUMENTOS

»»»



Treino de soldados ucranianos em França, no âmbito da NATO.

dados militares, reflectindo, desse modo, a sua ruptura definitiva com este Estado. Em consequência deste facto, o regime de Zelensky tem-se defrontado com as maiores dificuldades para levar a efeito os seus planos para a mobilização de ucranianos para as forças armadas.

Sem instaurar uma ditadura total sobre a população que vive na Ucrânia, o sistema nem sequer teria condições para cumprir as suas funções eficaz e duravelmente. Para isso servem os Centros de Recrutamento Militar (TTsK), organismos oficiais cuja função é impor à população o recrutamento forçado para as forças armadas, socorrendo-se dos métodos mais medievais. Segundo a deputada Maryana Buzuglaya, estima-se em cerca de cem mil o número oficial de agentes dos TTsK. Acrescendo os que servem em diversas organizações de “voluntários” que ajudam à mobilização.

Num sistema destes, a classe operária ucraniana, enfraquecida por anos de política de desindustrialização, é a classe mais vulnerável e mais exposta à mobilização. A “máquina de mobilizar” dos TTsK não encontrou solução melhor do que ir buscar mancebos directamente às fábricas em actividade, onde é mais fácil enfiá-los à dúzia em “autocarros”.

Há, regularmente, chefes de empresa a queixarem-se de conflitos com os TTsK. No verão passado, o

presidente da Ukrmetallurgprom, Oleksandr Kalenkov, falou nisso. Segundo ele, os agentes dos TTsK “*não andam à procura dos refractários (ao serviço militar), vêm a uma empresa que funciona, põem-se à entrada e, em meia dia, apanham a quota que têm para os próximos dois ou três meses*”. Os dados de que dispõe indicam que 3.500 trabalhadores da fábrica ArcelorMittal de Kryvi Rih foram já mobilizados desta maneira, assim como 10 mil trabalhadores das empresas do grupo Metinvest. Recordemos que, no verão de 2024, se desenrolou um conflito agudo entre as ambulâncias de Odessa e agentes dos TTsK pelas mesmas razões.

Como relata a comunicação social ucraniana, depois da auditoria do outono, dezenas de milhar de ucranianos foram despojados do

seu diferimento ao exército. Uma em cada dez empresas perdeu o estatuto de “produção de importância crítica” (estatuto que isenta os empregados da mobilização — NdR). No mais, a atribuição deste estatuto passa a ser incumbência dos agentes dos TTsK integrados nas comissões que deliberam nesta matéria. Pasam a integrar as comissões dependentes das administrações regionais comissários militares.

A consequência de tudo isto é que, a continuar a guerra, a mobilização esgotará os sectores da economia que ainda subsistem. Por outro lado, a ofensiva das forças armadas russas em curso combina-se, nomeadamente, com a destruição ou encerramento de empresas, assim no caso das célebres e únicas minas de carvão para coque da Ucrânia, nas proximidades de Prokrovsk (região de Donetsk), cuja produção é essencial para o aço fundido ucraniano. Os encerramentos de empresas “libertam” trabalhadores, que podem depois ser mandados para a frente sem obstáculo. Na condição, indica Zelensky, de que a ajuda financeira e militar dos “parceiros e aliados” continue.

Deserção e resistência popular

Enquanto país capitalista semi-colonial típico do espaço pós-soviético, a Ucrânia é, em princípio, incapaz de transformar a guerra nacional em luta nacional contra a invasão russa. A sociedade, dilacerada por antagonismos de classe,



Mulheres resistem a uma rusga de agentes dos TTsK em Kharkiv.

manifesta inevitavelmente todos os seus vícios em todas as suas instituições.

O apoio dos países da NATO, no valor de milhares e milhares de milhões de dólares afectados ao regime de Zelensky em condições de guerra, deu azo a um tipo particular de corrupção na sociedade, criando toda uma classe de novos milionários em dólares, que vivem em conformidade com o conhecido provérbio de que “a guerra não faz a infelicidade de todos.” A corrupção prende-se com a recusa em massa dos ucranianos, dispostos a pagar cara a recusa de defenderem os interesses de um regime totalmente desacreditado.

Durante estes três anos de conflito armado, estabeleceu-se na sociedade ucraniana um sistema de relações absolutamente inumano entre as autoridades, as forças de segurança e mesmo as instituições médicas, por um lado, e a população, por outro. A lógica é óbvia: queres viver, pagas. A guerra tornou-se literalmente no mais pesado fardo para os segmentos mais pobres e desprotegidos da população. Das aldeias, vilas e cidades até Kiev, a capital, vista a “bussificação” generalizada da população masculina e, portanto, a impossibilidade de sair à rua com sossego, a única escapatória à mobilização é pagar. Mais dinheiro se tem, maiores as oportunidades.

Começadas as rusgas em massa em todas as cidades, no outono passado, as redes sociais começaram a fazer-se eco dos novos montantes dos subornos a pagar aos TTsK para escapar à mobilização. Um bloguer de Kharkiv publicou relatos de quem conseguiu pagar: um teve de pagar 5 mil dólares, seguidos de mil dólares por mês. Outro foi libertado do centro de recrutamento militar por 2.500 dólares. Na Ucrânia, há, em média, segundo os jornalistas, que contar pagar mil dólares para ficar de fora de uma rusga e de 3 a 5 mil dólares para sair de um centro de recrutamento militar.

De vez em quando, o regime de Zelensky organiza processos espectaculares para certos fun-

cionários corruptos. Porém, de modo geral, o próprio sistema judiciário está mergulhado em casos sórdidos. É, conseqüentemente, raro os acusados sofrerem punições sérias depois destes processos grande público. Segundo dados do centro de vigilância “Opendatabot”, só 1,3% dos altos funcionários corruptos condenados durante a guerra foram para a prisão. Pronunciaram-se, no total, 6.877 condenações, bem menos do que antes da guerra. Quase todos os altos funcionários condenados saíram-se airosoamente, com multas. Só 27 foram presos.

Repetição de 1917

Como muito bem disse o político Kostyantyn Bondarenko, a Ucrânia vive actualmente uma repetição do ano de 1917 no que diz respeito à recusa em massa de combater e ao início de decomposição do exército. Ao exército de vários milhões que fugiram da Ucrânia junta-se um exército imenso de desertores e refractários. O problema é particularmente agudo nas forças armadas, ilustrando o estado real do moral e da motivação dos soldados. Muito em especial, dos que foram apanhados na rua no período mais recente.

O problema tornou-se agudo ao ponto de a comunicação social ocidental se ter decidido a levantar a questão. O artigo da *Deutsche Welle* de 2 de Agosto de 2024 foi particularmente eloquente nesta matéria: “O problema das deserções no exército ucraniano toma dimensões ameaçadoras. Incapazes de punir os desertores, as autoridades estão prontas a perdoá-lhes, na condição de eles retomarem o serviço”, escreveram os autores do artigo, que fez sensação.

Os jornalistas alemães calcularam que, partindo do número oficial de 880 mil homens nas forças armadas ucranianas, um em cada quatorze militares desertou no conflito — ora, este número é controverso. Na verdade, cálculos de numerosos especialistas apuram bem menos militares na linha da frente do que o que transparece daquele número. Pelo menos, metade menos. Assim, a crer nas fontes

oficiais ucranianas, haverá cerca de 300 mil soldados na linha da frente. Ora, tomando por base o número de processos judiciais instruídos por “deserção”, desertou não um em cada quatorze soldados, mas, no mínimo, um em cada cinco! Tanto assim que a maior parte deles deserta, precisamente, quando na frente de guerra.

Em Setembro de 2024, o *Financial Times* relatou as pesadas perdas registadas entre os novos mobilizados. Os comandantes militares, citados pelo jornal, declararam que entre 50 e 70% dos soldados desta nova vaga de mobilização foram mortos ou feridos nos dias que se seguiram à sua primeira afectação à frente.

O militar e jornalista Volodymir Boyko, comentando os números oficiais de deserções anunciados na Rada (parlamento) este verão — uns 80 mil homens —, declarou que, segundo os seus cálculos, seriam, na realidade, cerca de 200 mil.

No mais, na sociedade ucraniana, o ano de 2024 ficou marcado pela massa de fogos postos a veículos dos TTsK em várias acções de resistência popular. Uma das mais significativas foi a insurreição dos habitantes de Odessa, num mercado. Depois destas ocorrências, o regime de Zelensky não tirou, aparentemente, as conclusões políticas do descontentamento das massas que se impunham, prosseguindo a sua política de repressão e “apertão” ao próprio povo, que não se quer bater pelos interesses de um bando de usurpadores corruptos em Kiev, que venderam o país aos colonizadores da NATO.

Guerra popular contra os centros de recrutamento militar (TTsK)

Desenvolveu-se, conseqüentemente, uma verdadeira resistência popular, que começou a fazer uma autêntica guerra aos sargentos de recrutamento, incendiando os veículos dos agentes dos TTsK. Mais: os incidentes, que se deram por toda a Ucrânia, de múltiplas formas, mostram que as pessoas estão a ser levadas ao

● DOCUMENTOS

>>>

desespero e aproveitam a mínima ocasião para se vingarem dos carcereiros de Zelensky.

Estes acontecimentos assustaram de tal maneira os responsáveis do regime de Kiev, que estes se puseram de imediato com ameaças clássicas. Por exemplo, o chefe das forças terrestres ucranianas, o general Drapaty (responsável pelo trabalho dos centros de recrutamento militar) deu largas à sua cólera nas redes sociais. Na sua mensagem, o general declarou que assassinio de oficiais e ataques às comissões militares eram uma linha vermelha a não passar. Dizia que, se não se punirem severamente os “assassinos, detractores e traidores”, mais oficiais serão mortos na retaguarda, nas bombas de gasolina, nos supermercados, nos edifícios e nas ruas.

Em paralelo com este processo, militantes notórios da extrema-direita, que servem essencialmente para aterrorizar a população na frente interna, juntaram-se aos oficiais dos TTsK para ajudá-los no trabalho sujo da “bussificação” forçada. Por exemplo, Boris Ovcharov (apelidado de “Donchanin”), membro da organização fascista Pravy Sektor (sector da direita), apelou aos comissários militares para dispararem “sem aviso” caso civis mobilizados os “desrespeitassem”.

Entretanto, no meio de toda esta enxurrada de ódio e ameaças contra a resistência do povo à “bussificação” violenta, é evidente o pânico que os representantes do regime sentem de possíveis represálias populares. A propaganda de Kiev tem tentado caracterizar qualquer acção contra os TTsK como obra de pretensos “agentes do FSB” (os serviços secretos de Putin — Ndr). A propaganda estatal tem explicado os numerosos incêndios de veículos dos TTsK como resultado de ordens de “agentes do Kremlin”. Recentemente, o regime teve, contudo, de reconhecer que as últimas acções contra os TTsK eram fruto da luta dos refractários à mobilização contra o regime.

Neste ponto de vista, o que mais parece ter assustado os representantes do regime de Kiev é que os

refractários, de uma forma de resistência passiva, tenham passado a acções mais activas. Pela sua política, o regime de Kiev fez com que uma enorme massa da população se recusasse a pegar em armas e a alistar-se nas forças armadas e, depois, com que os refractários decidissem pegar em armas, sim, mas contra o seu próprio governo!

Do mesmo passo, o SBOu (serviço de segurança ucraniano, equivalente ao FSB russo — Ndr) anunciou a detenção de cinco membros da organização antifascista clandestina Frente Operária Ucraniana, que, segundo os serviços secretos, estavam a tentar criar um “movimento insurreccional” e “comités de soldados” para organizar a recusa colectiva dos recrutados e dos militares profissionais a entrar em combate. Segundo o SBOu, os activistas detidos terão apelado aos homens em idade de combater para fugirem à mobilização e aos soldados profissionais para desobedecerem às ordens dos seus comandantes e a desertarem; os militantes da organização são acusados de editar publicações do grupo em várias redes sociais e de colar grandes quantidades de folhetos de propaganda nas regiões de Kiev, Dnipropetrovsk, Odessa, Poltava e Kharkiv. Todos os activistas detidos têm idades compreendidas entre os 20 e os 32 anos.

Os povos precisam de uma luta fundamentalmente diferente

Mais tempo passa, maior a certeza que temos de que o colapso da URSS foi a maior tragédia que se abateu sobre o povo ucraniano. De acordo com as estatísticas oficiais do governo, em 2050 restarão apenas 25 milhões de cidadãos ucranianos. Estas previsões demográficas baseiam-se em cálculos efectuados por cientistas do Instituto de Demografia e Investigação Social da Academia Nacional de Ciências da Ucrânia. Partindo de uma posição vantajosa, de país de 52 milhões de habitantes situado entre os dez países industrialmente mais desenvolvidos da Europa, a par da

Alemanha e da França, a Ucrânia perdeu, ao longo dos anos, as suas próprias escolas, institutos científicos e técnicos de ponta, uma indústria altamente qualificada, a produção de automóveis, aviões e foguetões, territórios imensos e, o que é o mais triste, milhões de habitantes.

Antes da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, a classe dirigente ucraniana era incapaz de justificar a sua política de outra forma que não fosse o nacionalismo ucraniano, assente numa russofobia patológica.

O fascismo e a sua forma extrema — o nazismo — é, a meu ver, uma reacção defensiva natural de qualquer regime burguês a tentativas de confiscação do seu capital (propriedade) na forma de bens, terras, território e, em última análise, poder. Neste particular, a classe dominante russa, que participou activamente nos acontecimentos na Ucrânia em 2014, tornou-se no catalisador externo que inclinou a classe dominante ucraniana para a direita.

Do mesmo passo, após os acontecimentos do inverno de 2014, os bandos nacionalistas não legais tornaram-se no braço armado usado pelo regime de Kiev para lutar contra todos os movimentos da oposição que se recusavam a reconhecer o Maidan (golpe de Estado dos oligarcas pró-NATO, que expulsaram do poder os oligarcas pró-Moscou — Ndr), o nacionalismo ucraniano, a russofobia, etc. O apogeu — como aviso a todos os que recusavam alinhar — foi o massacre de Odessa, a 2 de Maio de 2014.

Arsen Avakov, que foi ministro do Interior durante muito tempo, pronunciou-se repetidamente pela privação dos habitantes do Donbass (a bacia industrial e mineira do Leste da Ucrânia, correspondente às províncias de Donetsk e Luhansk, actualmente anexadas pela Rússia — Ndr) de direitos civis caso o território fosse devolvido à Ucrânia. Teve mais ou menos a mesma atitude para com os habitantes da Crimeia (península do Mar Negro anexada pela Rússia em 2014 — Ndr). Neste domínio, há anos que forças de segurança ucranianas se



Paris (França): trabalhadores russos e ucranianos empregados na Orange Fox Bikes fazem greve juntos contra os seus patrões russos e ucranianos (Novembro de 2024).

inspiram na política de Israel na Palestina e, em particular, na Faixa de Gaza, “enclave rebelde”. No caso da Crimeia, isto resultou no bloqueio do canal do Norte da Crimeia e na destruição de linhas eléctricas.

Nestas condições, o direito das nações à autodeterminação, bem como todos os outros direitos e liberdades da democracia burguesa, nunca passaram de uma folha de parreira para o regime no poder na Ucrânia. Por trás da sua cínica denegação do direito do povo a viver onde e com quem quiser escondeu-se sempre uma denegação ainda mais importante do direito fundamental a escolher o sistema social em que o povo quer viver.

A política do regime de Putin foi igualmente de anexação dos territórios ucranianos invadidos depois de Fevereiro de 2022, cuja população apoia maioritariamente o desejo de voltar à Ucrânia. Sentimento esse em grande parte fruto da desilusão das populações ucranianas com a política russa no Donbass e, em parte, na Crimeia.

Para além das óbvias intenções anexionistas de Kiev, como de Moscovo, o povo ucraniano é vítima de um confronto interna-

cional entre a Rússia, os Estados Unidos, a União Europeia e a China. Neste confronto, qualquer combinação vencedora à custa do sangue de russos e ucranianos acabará por conduzir apenas à derrota do povo ucraniano. De facto, lutando contra a servidão que o imperialismo de Putin lhe quer impor, o povo ucraniano cai na escravidão que os imperialismos europeu e americano lhe querem impor, tornando-se em mera moeda de troca entre as grandes potências.

Neste contexto, quanto mais a guerra avança, maior é o aperto no país, onde o regime de Zelensky instaurou uma verdadeira ditadura sem sequer base jurídica formal, apoiando-se nos militares, agentes do TTsK e vários tipos de grupos de “voluntários” especializados na caça aos refractários que se recusam a combater.

Do “direito da Ucrânia a defender-se”

Ouve-se por vezes camaradas da Rússia falarem do chamado “direito da Ucrânia a resistir, a defender o seu país”. Infelizmente, do ponto de vista da estrutura de classes da Ucrânia contemporânea, tal direito é uma quimera. Aquilo

a que se apela à população a “defender”, aquilo por que ela há-de morrer, é um regime burguês absolutamente desacreditado e hostil ao povo, que, pela sua política, tem espezinhado os interesses nacionais abstractos e está agora a pedir a concessão dos recursos naturais, minerais e económicos da Ucrânia ao capital ocidental em troca da ajuda militar deste.

Isto levanta a questão: até que ponto o direito das nações à autodeterminação deve ser integrado nas nossas actividades políticas diárias? Na minha opinião, no território do espaço pós-soviético, esta palavra de ordem foi confiscada por forças antipopulares burguesas locais, exclusivamente reaccionárias, cuja política se reduz, como acontece na Ucrânia, em última análise, à banal pilhagem da propriedade soviética. O povo, às vezes, também se pode enganar. E a propaganda, nas condições actuais, exerce uma influência extremamente eficaz.

Neste contexto, qualquer divisão territorial da Ucrânia, bem como a sua separação da URSS em geral, tem de ser posta em causa. Elas tiveram as mais negativas consequências para este país, de uma forma ou de outra — e para a maioria da população. Aproveitaram unicamente a uma elite ultra-minoritária.

Objectivamente, a salvação dos povos da ex-URSS reside na sua máxima e equitativa união com base em princípios socialistas. Se for assim, as questões de fronteiras passarão a ser meras questões de organização territorial moderna e harmoniosa dos nossos povos.

Acabe a guerra como acabar, para os povos russo e ucraniano, a vitória de um ou outro dos grupos burgueses que se opõem neste confronto sangrento não trará nem paz duradoura nem, acima de tudo, paz justa.

A única forma de alcançar uma paz justa é derrubar os dois regimes políticos que conduziram os nossos povos irmãos a uma tal catástrofe histórica.

Sejamos claros: enquanto os interesses dos Estados Unidos e,

● DOCUMENTOS

>>>

em geral, dos principais círculos imperialistas do Ocidente, estiverem representados por esta ou aquela força na Ucrânia, usando o território da Ucrânia para se oporem ao imperialismo russo e apoiando-se em forças abertamente nacional-fascistas e russó-fobas, não haverá paz duradoura entre os nossos povos. Por outro lado, uma vitória nos termos americanos não trará grande coisa de bom aos povos da Rússia. A experiência desta guerra demonstrou inequivocamente que a Rússia, nas suas fronteiras actuais, apetrechada com um escudo anti-míssil nuclear e capaz de evadir uma série de sanções, é um obstáculo à hegemonia americana no planeta. No futuro, todos precisaremos de uma Rússia socialista no seu formato actual.

A única saída correcta desta guerra está, por conseguinte, em

transformá-la de guerra imperialista em guerra civil. De guerra de conquista em verdadeira guerra de libertação.

A extrema-direita levanta a cabeça no mundo inteiro

O gesto ostensivo de Elon Musk na forma da célebre saudação nazi e o seu apoio à organização de extrema-direita AfD fizeram finalmente cair a máscara “libertária” ostensiva dos novos dirigentes da Casa Branca em Washington. O convite a forças abertamente de extrema-direita para a posse de Trump, assim como o início de uma política americana flagrantemente expansionista em relação aos seus vizinhos mais próximos, sugere que o mundo se esteja cada vez mais a aproximar da ameaça de uma terceira guerra mundial.

As contradições inerentes à

economia capitalista mundial moderna não desapareceram com a crise de 2008. A política de desglobalização, o período de redistribuição dos mercados que se iniciou, a política de sanções e guerras locais entre os grupos imperialistas emergentes servem apenas para mostrar que as palavras de ordem de paz e acordo rápido com a Rússia de Putin são puro e simples *bluff* para mascarar as causas profundas dos conflitos globais agudos que se perfilam.

A única maneira de salvar a humanidade da catástrofe militar que a ameaça só pode ser um movimento operário internacional de massas, em todo o mundo. A palavra de ordem “socialismo ou barbárie” é mais actual do que nunca para toda a humanidade progressista!

Alemanha

Antes das eleições legislativas de 23 de Fevereiro
Não há “mal menor”
(26 de Janeiro de 2025)

POR H.-W. SCHUSTER

No dia em que eram anunciados os resultados das eleições nos EUA, o governo de Scholz ruiu como um castelo de cartas. Factor decisivo foi o portentoso conflito entre, por um lado, os partidos burgueses dos Verdes e FDP e, por outro, a direcção do SPD, enquanto partido operário burguês, pela questão da expansão da guerra e da atribuição de mais uns milhares de milhões ao regime de Zelensky e à *Bundeswehr*, as forças armadas alemãs, em nome da “aptidão bélica”, sem beliscar o quadro do “travão à dívida”; por outras palavras, em regime de guerra social interna agravada contra as conquistas, os contratos colectivos e os salários da classe trabalhadora, assim como contra o direito da juventude ao seu futuro.

No seu texto “A Reconstrução da Internacional” (nº 1 de “*Die Internationale*”, 1915), Rosa Luxemburgo escreveu: “O 4 de Agosto [de 1914] da social-democracia alemã nada teve que ver com ‘ficar em silêncio’; ela tomou antes sobre si uma função histórica muito importante: a de escudeiro do imperialismo na presente guerra.”

É incontestável que Scholz e a direcção do SPD estão tudo menos a abanar o quadro da defesa dos interesses e pretensões imperialistas. Como fiel escudeiro, Scholz deu seguimento à exigência do imperialismo norte-americano no tempo de Biden: o “novo tempo” (*Zeitenwende*), o “fundo especial” de 100 mil milhões para a *Bundeswehr*, as “ajudas à Ucrânia” (directas ou por interposta UE) e a aceitação da instalação na Alemanha de mísseis americanos de médio alcance...

No entanto, o imperialismo norte-americano tem vindo a demonstrar que a ordem mundial

em vigor e as instituições a ela associadas já não satisfazem os seus interesses capitalistas. Trump exprime-o claramente nos casos do Canal do Panamá, da Gronelândia, do Canadá e da China. Sempre que necessário, o imperialismo norte-americano recorre à força para impor os seus interesses. Esse é o contexto da exigência de aumentar os orçamentos da guerra (5% do PIB; para a Alemanha, seriam cerca de 230 mil milhões) e das draconianas pautas aduaneiras.

O desconchavo da “ordem mundial assente em regras” tem impacto directo no governo de que o capital necessita para a Alemanha. O FDP desimpediou o caminho, e Scholz convocou novas eleições. Merz pediu de imediato que a UE se abrisse ao imperialismo norte-americano por um “acordo de comércio livre”. Para os capitalistas, na Alemanha, a coligação governamental desejada para o pós-23 de Fevereiro está encontrada: CDU/CSU e FDP. As preferências vão também, naturalmente, para uma cooperação entre a CDU/CSU e a AfD. No jantar oferecido pela BlackRock em Davos, Merz deixou claro, enquanto candidato a chanceler e antigo homem da BlackRock para a Alemanha, que todas as decisões do seu futuro governo assentariam na resposta à pergunta: “é bom para a competitividade da nossa indústria?” É uma declaração de guerra às conquistas sociais e aos salários garantidos por contratos colectivos de trabalho. Em perfeita sintonia, a declaração do director financeiro da VW, que afirmou, em Davos, que a Volkswagen se sentia parte integrante da economia dos EUA. Para atingir a meta de duplicar a quota de mercado nos EUA, o grupo vai pôr na rua 35 mil trabalhadores na Alemanha.

**CDU/CSU, AfD, FDP, BSW*:
unidos no acosso aos imigrantes**

Ao estilo de Trump, Merz declarou que fecharia as fronteiras aos migrantes logo no “primeiro dia” da sua chancelaria, acrescentan-

do: “Quero lá saber quem me vai acompanhar politicamente neste caminho. Só estou a dizer que não vou seguir por nenhum outro”. Depois de Musk elogiar a AfD como “última centelha de esperança para o país”, o principal partido da burguesia na Alemanha traça o caminho da cooperação com a extrema-direita e os fascistas. O FDP concorda. A AfD delicia-se por ver Merz rebentar com a porta “corta-fogo”. E Wagenknecht declara, em nome da BSW: “Votaremos a favor, mas algumas das propostas de Merz são meramente simbólicas e não resolvem o problema”. Para Wagenknecht, a iniciativa reaccionária de Merz é insuficiente. Os revisionistas da ISA, da CCI, do POSI, veneratedores da BSW, apoiam-na nos seus apelos: “só a (...) BSW defende clara e resolutamente uma política de paz e justiça social”. Para eles, “fronteiras seguras: parar com a imigração descontrolada” são, se tanto, pequenas imperfeições, ou, especificamente, ‘posições constantes do programa eleitoral ainda a discutir melhor’. Só que estas posições estão no programa eleitoral, e os revisionistas apelam a votar na BSW. Uma coisa é certa: apoiar o direito de asilo e o acolhimento de refugiados da guerra imperialista e, do mesmo passo, apoiar a BSW, que quer dar cabo de tudo isso no *Bundestag* (parlamento) em conjunto com a CDU e os extremistas de direita e fascistas da AfD, não dá. Já há muito tempo que as referidas organizações abandonaram o terreno do programa da IVª Internacional.

Merz aderiu sem demora a Trump logo que este exigiu aos Estados membros da NATO que aumentassem a sua despesa com o armamento e a guerra para 5% do PIB. Verdes e FDP fizeram o mesmo; a AfD considera necessário ainda “mais”. E os sociais-democratas? Scholz referiu que quem tal pede tem de dizer como vai “financiá-lo” no orçamento; e aponta para as pensões... É, porém, com um espantinho que Scholz acena. Ele e o seu “ministro da defesa” concordam que o orçamento tem

● CORRESPONDÊNCIAS

>>> de afectar mais verbas à guerra e ao armamento. O que a social-democracia não se atreve a dizer é que a consequência disso é uma razia nas pensões, no ensino, nos cuidados de saúde, nas infra-estruturas, etc. Em última análise, todos eles são pela “aptidão para a guerra”. E todos concordam com Trump que a Alemanha, “como principal potência europeia”, tem de gastar mais com a guerra e armas — a adquirir, é claro, nos EUA, tal como o petróleo e o gás.

Para a classe operária e a juventude, não há escolha

Olhando para as listas que concorrem às eleições para o Bundestag, verificamo-lo de facto: não há representação da classe trabalhadora e da juventude, a não ser que alguns candidatos tomem posição em defesa dos direitos dos trabalhadores e da juventude e contra a guerra imperialista! Muitos colegas sentem-se, pois, impossibilitados de, no dia 23 de Fevereiro, votar em qualquer dos partidos que se reivindicam do movimento operário ou que dele surgiram, ou em quem, como a Aliança Sahra Wagenknecht (BSW), acha que se pode dirigir à “maioria que trabalha arduamente neste país” (quem quer que ela seja).

O “ministro da defesa” do SPD transforma o Mar Báltico, com o seu “quartel-general tático da NATO” em Rostock, num baluarte armado contra a Rússia — violando, de passagem, tratados que proibem o estacionamento de forças da NATO no território da antiga RDA.

Recordemos as mais de trinta votações da maioria dos deputados da “esquerda” do Parlamento Europeu a favor dos empréstimos de guerra à Ucrânia. Recordemos aqueles que, como a BSW, apelam ao fim do massacre em Gaza, mas o condicionam à “responsabilidade de defender sem qualquer reserva o direito de Israel a existir”, como diz Wagenknecht.

É possível que se registre a pior afluência às urnas desde 1949. A situação é assim aferida pelos institutos de sondagens, ainda que devamos tomá-lo com toda a prudência: o instituto “forsa” in-

dica que, no início de Dezembro, 22% dos inquiridos ainda não sabiam em que partido haviam de votar. Agora serão 28 por cento... As pessoas “já não saberão em absoluto em quem ainda hão-de votar”. É costume tal situação mudar durante a campanha eleitoral. Actualmente, porém, a “tendência” será ao contrário.

Uma taxa de participação eleitoral historicamente baixa não será surpresa no ponto de vista da classe trabalhadora e da juventude. A situação da luta de classes caracteriza-se pela resistência da classe trabalhadora e da juventude à guerra destrutiva, à destruição da produção (principalmente nos sectores do aço e dos automóveis), à destruição do ensino da creche à universidade, à razia no serviço de saúde (sobre o qual o ministro da Saúde, do SPD, espalha uma gigantesca mortandade de hospitais e a ruína do sistema de cuidados, por falta de pessoal), à redução das pensões (cada vez mais oneradas com encargos alheios ao seguro, em benefício dos ricos), à ruína da infra-estrutura, dos caminhos-de-ferro às pontes, passando pelos correios... A resistência da classe trabalhadora contrasta fortemente com a linha de “unidade nacional” que as direcções sindicais proclamaram em 2022, logo que começou a guerra na Ucrânia, e puseram em prática integrando-se na “concertação” de Scholz contra os contratos colectivos e os salários tabelados. Os ataques do capital e a máquina de guerra seriam inconcebíveis sem esta concertação. Ou salários e conquistas, ou lucros, especialmente lucros de guerra: tal é a alternativa com que a classe trabalhadora se confronta: o capital e o governo precisam da viragem política para aumentar lucros e dividendos — à custa da saúde, do ensino, da habitação, do Estado social, dos salários e do emprego, à custa de quem trabalha e da juventude!

As indústrias siderúrgica e automóvel vão expondo o seu programa: salários para baixo, lucros para cima. Produção de armamento e material de guerra para cima e continuação da destruição dos orçamentos públicos, das escolas, das universidades, do serviço de

saúde... “Encaixa” nisso o FDP querer restringir o direito à greve em “domínios críticos”, como os transportes, os cuidados de saúde e serviços sociais, creches, energia, bombeiros e protecção civil, bem como a gestão de resíduos, pois, caso contrário, haverá risco de “prejuízos sociais desproporcionados”. A tarefa do novo governo: continuar a “viragem”, com ainda maior brutalidade do que a que Scholz começou por lhe pôr. Vai embater na raiva e na indignação que dominam entre os trabalhadores e a juventude.

Que tarefas nos aguardam?

Enquanto ISG, apoiamos a convocação da reunião internacional de emergência contra a guerra imperialista global (21 e 22 de Março de 2025). Esta guerra imperialista global é uma e a mesma guerra, “dos campos de batalha da Ucrânia e da Rússia ao genocídio em Gaza e à invasão criminosa do Líbano, da guerra sem fim no Sudão e na RDC aos preparativos de guerra dos EUA contra a China”. Ela é “fruto da vontade das classes capitalistas de viverem da exploração do trabalho humano e das riquezas naturais do mundo”. Quando Trump, em nome do imperialismo norte-americano, exige que os orçamentos dos países imperialistas subalternos afectem cinco por cento do PIB a despesas de armamento e preparativos de guerra, isso não é nem mais nem menos do que um apelo ao saque dos orçamentos. Estão em jogo todas as conquistas da classe trabalhadora, fruto da luta de gerações. Os nossos empregos, as pensões de aposentação, os sistemas de segurança social, de ensino, os cuidados de saúde, o nosso futuro, que só lutando contra o sistema do lucro poderemos ter, estão realmente nos pratos da balança.

Já não é uma questão de “pequenas” ou “grandes” reivindicações e lutas; exemplificam-no os casos da VW, Ford, Stellantis, etc. É preciso lutar pelas reivindicações até ao fim. Para isso, é necessário forjar a unidade dos trabalhadores e, a seu lado, dos jovens, das mulheres, etc. Essa unidade é o alicerce para o povo trabalhador poder pegar nas rédeas da sua vida e, na luta pela

construção de um partido dos trabalhadores, abrir a perspectiva política de um governo dos trabalhadores disposto a socializar os meios de produção — como o evidenciou a exigência de nacionalização da Volkswagen.

A tarefa central de todos os que lutam pela emancipação da classe trabalhadora é construir um autêntico partido dos trabalhadores que lute pela unidade e pelo socialismo. O ISG empenha-

se nisso com toda as suas forças no âmbito do Comité por um Partido dos Trabalhadores.

* Nota da tradução

Partidos mencionados no texto:

CDU/CSU: partidos burgueses tradicionais democratas-cristãos;

FDP: partido burguês do capital financeiro;

SPD: Partido Social-Democrata.

Die Linke: partido de esquerda, criado por ex-militantes do SPD e

ex-estalinistas;

Verdes: partido burguês “ecologista”;

BSW: cisão de Die Linke, partido dirigido por Sahra Wagenknecht: antiguerra e... anti-imigrantes;

AfD: partido de extrema-direita fascizante, apoiado por Elon Musk.

Azânia/África do Sul

A crise da água e da electricidade

Extractos do nº 51 de *Black Republic*, de Janeiro de 2025, jornal da secção azaniana da IVª Internacional.

A cidade de Joanesburgo, como muitas outras áreas do país, debate-se com a realidade da privatização de necessidades humanas fundamentais: água e energia. Dia após dia, estes serviços têm sido reduzidos ou racionados no intuito de justificar a sua privatização, especialmente em Soweto e nas áreas da periferia da cidade de Joanesburgo.

(...) Faz quase duas décadas que os habitantes, particularmente as comunidades negras da cidade de Joanesburgo, são assediados por diligências da Eskom e do ministério das águas e do saneamento para privatizar a água e a electricidade. Isto tem dado azo a muitos protestos e acções em justiça, com bons resultados contra ambas as entidades. (...) Apesar disto, a cidade de Joanesburgo

e a província de Gauteng continuam a debater-se com os trágicos resultados da demanda da privatização, incluindo mortes por contaminação da água e por choque eléctrico, quando a população tenta encontrar alternativa aos cortes deliberados e planeados da água e electricidade. (...) O actual governo do ANC prometeu ao povo, pela voz do seu ícone Nelson Mandela, uma vida melhor do que a que tinha sob os seus predecessores do Partido Nacional, mas a situação é hoje pior do que nunca: consequência da viragem política de Mandela quando se deixou convencer pelos capitalistas internacionais de que a via a seguir era a da privatização, que prometia investimento e eficiência. (...) Cada vez mais são os negros a braços com mau ou nenhum serviço nas barracas e “favelas”, onde vivem por estarem sem terra, desempregados e pobres. A crise do país não se pode resolver com debates parlamentares, mas sim com intervenção prática, cujo preço é romper com a austeridade imposta pelo FMI e iniciada na

governança de Nelson Mandela. (...) As pessoas morrem às dezenas em casa e nos hospitais por causa dos cortes de energia. Não é por má sorte, é por causa da crise causada por um sistema virado para a privatização para maximizar os lucros à custa do povo.

(...) Como secção azaniana da IVª Internacional (CORQI), apelamos à reactivação dos programas antiprivatização de oposição radical e luta contra a privatização, especialmente de serviços essenciais como água, saneamento, saúde e acesso fiável a energia. Fazemos este apelo não apenas para condenar, mas para chamar para a acção a maioria negra e as suas organizações em todas as províncias da Azânia: para que se organizem em frente única contra a ofensiva do governo fantoche capitalista dirigido pelo ANC e seus parceiros de união nacional, exigindo água gratuita e de qualidade, e electricidade limpa e gratuita para a classe trabalhadora negra (...).

Azânia/África do Sul - Zimbabué

Excertos do mandato e resolução dos representante da Azânia e Zimbabué ao encontro internacional¹

(Proposta do Comité de Coordenação contra a Guerra dos países da África austral, para discussão e aprovação pela região da África austral e continente).

A África pós-colonial não tem vivido em paz interior; lavram guerras que deixam países devastados pela destruição e pela deslocação de populações. (...)

No caso da região da Comunidade para o Desenvolvimento da

>>>

● CORRESPONDÊNCIAS

»»»

África Austral (CDA/SADC), é, em especial, o caso da guerra na província de Cabo Delgado (Norte de Moçambique), onde, desde outubro de 2017, se registam confrontos entre o exército moçambicano e o grupo militante islamista Al Shabab. Países da CDA/SADC, em que se incluem a Azânia e o Zimbabué, destacaram forças armadas de elite. Estas forças, inicialmente destacadas para enfrentar o Al Shabab e defender a maioria moçambicana, passaram, entretanto, a ser usadas para salvaguardar os lucros das empresas multinacionais com interesses nos recursos naturais da região. (...)

Ao contrário do que muita gente pensa, as guerras civis africanas não são devidas à diversidade étnica e religiosa da África. A relativamente maior incidência de guerras em África não se deve à fragmentação etnolinguística dos seus países, mas sim aos elevados níveis de pobreza, à falência das instituições políticas, à dependência das economias dos recursos naturais e, sobretudo, à ingerência do imperialismo no continente.

Os Estados Unidos (através do US Africa Command), a África do Sul, o Zimbabué, a Zâmbia, o Malauí, Angola, a Namíbia, o Botsuana, o Lesoto, a França, a Grécia, a Espanha, Portugal, o Ruanda, a Tanzânia e o Japão estão desempenhando um papel activo, enviando tropas e prestando outros tipos de duvidosa assistência. (...)

As guerras imperialistas por conta de outrem em Moçambique mostram uma vez mais que a maioria negra africana de oprimidos e explorados precisa de se unir contra o capitalismo, que se manifesta na sua forma imperial, estágio último do capitalismo, a era imperialista de guerras contra a classe trabalhadora e os pobres.

É mais do que tempo de criarmos, enquanto continente, um forte bloco operário continental que forje uma verdadeira unidade na luta contra as guerras, a exploração e o trabalho precário. (...) Empresas transnacionais como a Total Energies SE francesa, a Exxon Mobil americana e a ENI italiana têm a lucrar com o conflito, que já custou a vida de muita gente em Moçambique e de jovens soldados destacados por outros países. Os imensos projectos de gás natural liquefeito (GNL) destas empresas têm — segundo o Standard Bank Moçambique — um valor potencial de 120 mil milhões de dólares, controlando a Total Energies e a ExxonMobil as concessões mais lucrativas. (...)

Os interesses de todos os países envolvidos são os mesmos: lucrar à custa da maioria negra e pobre de Moçambique, especialmente na província de Cabo Delgado.

Proposta de Resolução

Nós, activistas das organizações operárias, democráticas e anti-imperialistas dos países da CDA, opomo-nos às guerras imperialistas no continente africano e exigimos

1. retirada imediata de todas as tropas estrangeiras
2. retirada imediata de todas as transnacionais (TotalEnergies, Exxon, Mobil, ENI e outras)
3. fim de todas as guerras imperialistas em nome do lucro!
4. nacionalização dos recursos do continente para beneficiar as massas e a classe trabalhadora e não os oligarcas.
5. fim das deslocações forçadas de populações para abrir caminho às multinacionais
6. fim das deslocações, raptos e ataques a civis, especialmente mulheres e crianças

Concordando que o imperialismo tem desígnios neocoloniais para a região e o continente como um todo, decidimos, ainda,

1. criar um Comité de Organização Permanente na região da CDA para continuar a campanha contra a guerra, assegurar que ela seja bem sucedida e acordar num programa de acção;
 2. sensibilizar para a campanha nos nossos vários países e organizar acções de protesto contra os principais responsáveis;
 3. confrontar os ministérios dos negócios estrangeiros dos nossos países com a exigência de retirada das tropas da região e de respeito da soberania das nações;
 4. apelar à solidariedade internacional e à acção contra as multinacionais: TotalEnergies (francesa), ExxonMobil (EUA), FNI (Itália), Standard Bank e Industrial & Commercial Bank of China (ICBC);
 5. apelar a que se proibam as empresas multinacionais e transnacionais de operar em África;
 6. exigir, ainda, a retirada das tropas dos EUA e da NATO da Europa e o encerramento das bases militares em todo o mundo (África: Botsuana e Maurícias);
 7. construir um movimento de massas em frente única contra as guerras imperialistas.
1. O encontro internacional de emergência contra a imperialista global que decorrerá em Paris em 21 e 22 de Março.

República Democrática do Congo

Excertos do nº 1 do boletim de ligação do Comité pelo Partido Democrático Independente dos Trabalhadores e dos Camponeses, PDITP (de Janeiro de 2025)

Somos militantes operários e camponeses da RDC que decidiram constituir-se em Partido Democrático Independente dos Trabalhadores e dos Camponeses. O nosso país tem sido devastado por guerras, nada menos que oito, desde que acedeu à independência, em 30 de Junho de 1960.

Hoje, guerras laceram regiões inteiras do planeta (...).

A guerra em curso na RDC massacra congoleses há trinta anos, sem parar. Já fez 6 milhões de mortos. A RDC, com a guerra agora às portas da cidade de Goma, é palco de choques entre mais de uma centena de grupos armados, tropas de países da sub-região, da EAC (Comunidade de Estados da África Oriental), da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) e da ONU (a MONUSCO, que conta mais de 20 mil homens!) O objectivo da pre-

sença destes grupos, milícias e tropas, centrais nos massacres de populações civis, nomeadamente no Kivu Norte, consiste em garantir a pilhagem das riquezas da RDC — no que os especialistas qualificam de “escândalo geológico” — pelas multinacionais, particularmente neste sector.

No âmbito da luta porfiada por esta rapina, notamos que os Estados Unidos e a União Europeia estão a reabilitar os caminhos de ferro que ligam a região de Lubumbashi e Angola, ao nível do porto atlântico de Lobito. É esse o sentido da única visita do presidente americano cessante, Joe Biden, ao continente africano, deslocando-se a Angola no início do mês passado, e da viagem do presidente angolano, João Lourenço, em meados de Janeiro de 2025, ao presidente Macron, em Paris, por conta dos interesses dos capitalistas franceses e da União Europeia. Por outro lado, grupos chineses começaram a renovar o corredor de Tazara (Tanzânia-Zâmbia) para o Oceano Índico, para escoamento e evacuação de minerais da RDC.

A guerra no nosso país e as que decorrem no exterior são uma mesma guerra, a guerra do im-

perialismo pelo lucro da rapina das riquezas dos povos e contra a sua soberania.

O povo trabalhador da RDC, como todos os povos, quer a paz e uma vida digna; a luta contra a guerra e contra a rapina das suas riquezas é a dos povos de todo o mundo. No nosso país, escapar à guerra e à miséria exige um governo que se bata pela paz, por que as riquezas da RDC sirvam para satisfazer as necessidades dos congoleses, o que implica correr as tropas e milícias estrangeiras, expulsar as multinacionais e nacionalizar todas as riquezas minerais sob controlo dos trabalhadores.

Assim, o Comité pelo PDITP integra a preparação do encontro internacional de emergência contra a guerra imperialista global de Paris, em Março de 2025. Por isso, ainda, impõe-se construir, em todos os países, comités de unidade contra a guerra e a exploração que agrupem todos os trabalhadores, camponeses e jovens, independentemente das opiniões políticas, pela unidade dos congoleses para tomarem o seu destino em mãos, construir a soberania sobre as suas riquezas, em cooperação fraterna com os outros povos do mundo inteiro.

França

Mil sindicalistas lançam um apelo

POR JÉRÉMIE AVRIL

Abala a França uma crise de regime que continua há vários meses. Em Dezembro, o governo Barnier tentou fazer passar o orçamento anti-operário de Macron, usando o nº3 do artigo 49º da Constituição. Este artigo permite ao governo forçar a adopção de uma lei sem o acordo do Parlamento, sujeitando-se embora à censura deste. O habitual é os

significativos poderes do presidente permitirem aos sucessivos governos a imposição das piores medidas pela via do 49º-3; foi assim com a reforma das aposentações em 2022.

Porém, no dia 4 de Dezembro, pela primeira vez desde 1958, a censura ganhou e Barnier caiu. Ao fim de um tempo anormalmente longo para a Vª República — regime que não está preparado para longas vacaturas governamentais —, Macron encarregou François Bayrou, proveniente da

democracia-cristã, de ser bem sucedido onde Barnier falhara: impor o orçamento de austeridade e guerra. Para isso, Bayrou procurou o apoio da coligação parlamentar de esquerda. Ele sabe bem, todavia, que o pior perigo para o seu orçamento não lhe vem tanto do Parlamento como da luta de classes. Tem de conseguir amordaçar o movimento da classe trabalhadora, cujas reivindicações salariais, em matéria de serviços públicos e aposentações chocam frontalmente com a sua política.

● CORRESPONDÊNCIAS

»»»

Para isso, criou um “conclave” (termo geralmente usado para a reunião de cardeais para eleger um novo papa), não para eleger um papa, mas para decidir uma nova reforma das aposentações. No conclave, não havia cardeais, mas representantes das organizações patronais... e dos trabalhadores! Eis Sophie Binet, secretária-geral da CGT, e Frédéric Souillot, seu homólogo da CGT-Force ouvrière, sentados ao lado de Bayrou e dos representantes do patronato para elaborar, de mãos dadas, uma nova reforma atentatória dos regimes de aposentação dos trabalhadores. Porque a reforma das aposentações? Porque é a questão que ficou por

resolver desde 2019, a que provocou manifestações de milhões e milhões de trabalhadores e jovens durante meses a fio e que concentra e alimenta agora a crise do regime. Macron e os seus ministros sabem que não haverá tréguas enquanto ela não ficar resolvida e contam com o apoio dos chefes do movimento operário para o conseguirem.

Nesse contexto, o nº 475 de *La Tribune des travailleurs*, de 29 de Janeiro de 2025, publicou um texto assinado por 300 militantes, em número igual membros da CGT e da CGT-FO. São, entretanto, mais de mil os signatários. O apelo é a “preparar a acção comum para impor a revogação

da contra-reforma [das aposentações] e a satisfação das reivindicações.” Estes militantes dirigem-se aos responsáveis das suas próprias confederações, sustentando que “a unidade dos trabalhadores e das confederações, unidade no apelo à mobilização, à greve e à manifestação, é a via que permitirá impor que as nossas aposentações se mantenham (...) e, de modo mais geral, que as nossas reivindicações sejam satisfeitas”. Para os militantes da secção francesa, que o divulgam e fazem assinar, o propósito é contribuir para forjar a unidade na acção pela defesa das reivindicações, contra o governo Bayrou e, por conseguinte, contra qualquer acordo com ele.

Itália

Crise da indústria automóvel

Artigo publicado em *Tribuna Libera* (Dezembro de 2024)

POR LUIGI BRANDELLERO

Donde vem a crise da indústria automóvel, aliás não só da italiana? A raiz da crise no sector é a crise do sistema capitalista. O empobrecimento contínuo dos trabalhadores faz com que se vendam cada vez menos automóveis e menos ainda carros eléctricos, nos quais as empresas do sector haviam apostado para se relançarem. Além disso, a precariedade do trabalho reduz ainda mais as vendas de automóveis aos jovens. Nos últimos quatro anos, o sector tem-se sustentado, momentaneamente em Itália, no “capitalismo assistido”, que se pode traduzir na frase: “Lucros a nós (capitalistas), perdas para o Estado”, ou seja, para os trabalhadores. Segundo *Milano Finanza* de 3 de Março de 2023, “a FIAT recebeu, em 40 anos, 220 mil milhões do Estado”. Este dinheiro garantiu os lucros dos accionistas, porque a contínua diminuição das

vendas impossibilita a extracção dos lucros pela via normal. Acresce que parte do dinheiro cedido pelo Estado italiano tem servido para financiar investimentos em países onde o custo do trabalho é inferior ao de Itália. Todos os governos, a ver quem dá mais, deram dinheiro à FIAT e a quem lhe sucedeu, a FCA e a Stellantis. Uma vez oferecido o maná, toda a gente descobre que a Stellantis, a FIAT, a família Agnelli têm vivido às cavalitas do Estado. Salvini pode vir agora dizer cobras e lagartos da família Elkann, mas a Lega e ele pessoalmente nada fizeram para se oporem à situação. Salvini fala hoje de nacionalizar a FIAT, mas está farto de saber que isso não é possível com as regras da União Europeia, a que se submeteu. Com a lei orçamental para 2025, o fundo de apoio à indústria automóvel, com valor previsto de mil milhões ao ano até 2030, passará para 400 milhões em 2025 e 200 milhões por ano até 2030. Primeiro a FIAT e, agora, a Stellantis estão habituadas a viver da chantagem: “Ou me dás o dinheiro, ou fecho as fábricas!” O governo responde à chantagem

avaliando a integração de uma intervenção de apoio ao sector automóvel no orçamento para 2025. Antes de se demitir, o director-geral da Stellantis, Tavares, prometera que faria produzir em Itália um milhão de automóveis, declarando, porém, que, para alcançar esta meta, eram precisos “dois”. Por trás destas palavras escondia-se um pedido de mais dinheiro ao governo italiano. Nada da nacionalização de que fala Salvini! Pelo contrário, era continuar a ceder à chantagem da FIAT, como tem acontecido nos últimos quarenta anos. Tal cedência salvaria tão pouco os trabalhadores de novos despedimentos como as anteriores. A solução é a nacionalização sem indemnização das fábricas da Stellantis em Itália. A indemnização já foi paga com os 220 mil milhões dados pelo Estado à FIAT em quarenta anos!

Estado espanhol

A propósito da despesa militar

Editorial do nº 5 de *La Internacional-Hoja de información*, boletim do Comité de Ligação Trotskista do Estado Espanhol (CETEE)

Na cimeira da NATO de Madrid, em 2022, a Espanha comprometeu-se a atingir um nível de despesas militares equivalente a 2% do produto interno bruto; estará, para já, a 1,28% (estes números não são reais, pois não incluem despesas exteriores ao orçamento, além de que há vários ministérios a afectar verbas, segundo esteja em causa armamento, equipamento ou indústria das armas).

As despesas militares espanholas aumentaram 67% durante a última década. Mais de 30% das despesas militares são afectadas a equipamento. Mais de 3.500 soldados espanhóis estão destacados em dezassete missões no estrangeiro, 70% debaixo da bandeira da NATO.

Ano passado, a despesa militar ascendeu a 19.723 milhões de euros; este ano, deve aumentar em 10.600 milhões, mas o governo afirma que, sem orçamento, a única coisa que pode fazer é esgaravatar nas margens deixadas pela prorrogação. A Espanha assinou com a Ucrânia um contrato de armamento no valor de mil milhões de euros e formou

6.500 soldados ucranianos.

A ministra de defesa, Margarita Robles, abriu, inclusive, a porta ao envio de soldados espanhóis para a Ucrânia, embora “desde que seja no intuito de controlar o acatamento de um acordo que ponha fim à guerra na Ucrânia.” A ministra tem em cima da mesa a compra de material de guerra norte-americano: aviões de combate para render os Harrier da Armada e os F-18 da Força Aérea, a substituir até ao final da década.

Para equilibrar a balança de pagamentos, promete comprar gás líquido aos Estados Unidos, como se sabe, pior e mais caro do que o russo.

Na base de Rota estão abrigados cinco *destroyers* americanos.

O governo espanhol, com a ministra Margarita Robles à cabeça, está disposto a acatar o compromisso de 3% do produto interno bruto para a defesa fixado por Rutte e mesmo o de 5% fixado por Trump.

Pela primeira vez, o governo espanhol envia uma fragata para o Índopacífico no âmbito de um grupo de combate europeu, dado os Estados Unidos terem deslocado o seu interesse estratégico para essa região. Preparando-se para combater um inimigo não identificado no Médio Oriente. Mobilização global, ameaça genérica.

Donde sairá este aumento do

orçamento para a guerra — posto que lhe chamem defesa?

Este governo, que se reivindica de “esquerda”, afecta milhares de milhões às guerras imperialistas, curvando-se aos interesses do imperialismo de Trump e da NATO, o que importará na destruição de tudo o que é público, na desregulamentação e diminuição do poder de compra dos trabalhadores, no aumento da idade da aposentação a 67 a 70 anos — ou mesmo 72, voluntariamente — impedindo que a nova geração tenha a sua vez.

Entretanto, na rua, trabalhadores, jovens e aposentados mobilizam-se em defesa das suas reivindicações, reclamando, na prática, esses milhares de milhões para o ensino, a defesa do emprego, a habitação, a saúde e os serviços sociais.

Contra a submissão deste governo da “esquerda” aos interesses do imperialismo, do patronato e da NATO, o CETEE apela aos militantes operários, à juventude, às organizações para que se unam por uma palavra de ordem clara: “Nem um cêntimo, nem uma arma, nem um soldado para a guerra”.

O CETEE apela, assim, à constituição de uma delegação de militantes da classe trabalhadora do Estado espanhol ao encontro internacional contra a guerra de 21 e 22 de Março em Paris.

México

Os nossos: Raymundo Morales

Foi com grande tristeza que tivemos a informação do desaparecimento do camarada Raymundo Morales, no dia 3 de Fevereiro de 2025, após meses de luta contra a doença.

Toda a história militante de Don Ray, há mais de trinta anos, é a de um operário revolucionário fiel à

sua classe, mas não só: é também a da permanente intersecção com a história da secção mexicana da IVª Internacional nas últimas décadas.

Conheceu a IVª Internacional no Estado de Sonora no início dos anos noventa, participando na ocupação de terras. Foi com toda a naturalidade que Don Ray e os seus camaradas baptizaram a sua nova colónia “La Internacional”.

“El Indio Zapoteco” — sobrenome afectuoso praticado pelos mais próximos — mergulhou depois nos clássicos do marxismo, firmemente convencido, como há quatro anos declarava, que “o capitalismo se encontra na sua fase de decomposição senil, como diz o camarada Daniel Gluckstein, está em decomposição, por isso é preciso substituí-lo, eliminá-lo, dar lugar a algo de novo —tarefa que só os tra-

● CORRESPONDÊNCIAS

>>> *balhadores podem cumprir.”*

Acrescentava ele que *“outra coisa que aprendi foi que esta luta não é local nem regional, é uma luta mundial, e temos de aprender com as experiências dos outros países.”*

Do mesmo modo, o lugar que ele ocupou na luta porfiada do povo trabalhador de Mexicali (Baixa Califórnia) em defesa do acesso à água e contra a rapina das multinacionais é fonte de inspiração para os militantes do mundo inteiro comprometidos com a

luta de classes.

Quando teve de emigrar de Mexicali com a filha, foi a nossa saudosa camarada Gema López que o convidou a ocupar o seu lugar nas nossa fileiras. Quando a cisão de 2015 rompeu o quadro da IVª Internacional (reproclamada em 1993 com o camarada Lambert), o camarada Ray não demorou muito a continuar o combate de toda a vida ao lado do CORQI, pois, como em 2021 disse: *“Sei que, hoje, a IVª Internacional que eu conheci está*

dividida. É pena, mas é o que é. Esperamos que consiga restabelecer-se, e o CORQI sirva, como vocês dizem, a sua reconstituição.”

Camarada Ray, podes estar descansado, que o combate de toda a tua vida não foi vão. No México, como em todo o mundo, disso estamos convictos, as novas gerações de jovens revolucionários saberão pegar nesta bandeira que a tua geração contribuiu para erguer bem alto nestas décadas.

Marrocos

A secção marroquina da IVª Internacional realizou a sua conferência nacional (28 e 29 de Dezembro de 2024)

Assistiram à reunião delegados vindos de sete cidades, bem como camaradas não trotskistas.

A reunião foi aberta por um relatório que começou pela situação internacional. Em seguida, no plano nacional, focou, nomeadamente a afirmação do combate pela realização da soberania nacional, passando pela luta por uma Assembleia Constituinte soberana, que rompa com o imperialismo. Esta luta nacional e democrática passou a recair nos ombros da classe operária, que pode dirigir a nação, particularmente os camponeses e as massas exploradas, reivindicando a vanguarda da luta pela soberania.

É necessário defender a independência das organizações sindicais face à burguesia e ao aparelho de Estado e organizar a nossa intervenção na luta de classes pelo eixo da independência, quer no que concerne à elaboração de uma política de frente unida anti-imperialista quer de frente única operária.

Não é possível travar esta luta sem publicar um jornal nacional da organização, um jornal aberto para explicar aos trabalhadores e

às massas e organizá-las no combate contra o capital e as suas instituições. É igualmente necessário que a organização disponha de uma direcção nacional que centralize o trabalho e oriente a intervenção na luta de classes no país.

O relatório não deixou de realçar a gravidade da política de regionalização alargada, depois do seminário organizado pelo Estado nas duas últimas semanas em Tãnger, política que ameaça não só a unidade da classe operária e suas organizações, mas também a unidade da nação marroquina e a sua soberania. Como o indicou a ofensiva do governo contra o direito à greve, com o seu projecto de lei de criminalização da greve... e a política dos aparelhos, que, em vez de usar a situação para articular uma política de frente única operária para exigir o recuo do governo, divide as fileiras da classe operária e das organizações!

Reagindo ao relatório, alguns camaradas particularizaram a natureza da luta pela defesa da independência das organizações sindicais, mormente a União Marroquina do Trabalho (UMT), sabendo que a política dos aparelhos que dirigem as organizações tende para a autodestruição destas.

Ao discutir o jornal nacional, o relator referiu-se às etapas já ul-

trapassadas pela secção para publicar o jornal. Temos de constituir um comité de redacção que seja capaz de garantir a regularidade da publicação do jornal, de redigir artigos, centralizar o trabalho de distribuição e a discussão com os leitores. Fez igualmente notar a importância de um jornal impresso, comparativamente com um jornal electrónico.

Em reacção ao relatório, os camaradas entrevistados, salientando a necessidade de manter a periodicidade e regularidade e, em particular, a sua independência financeira e o seu autofinanciamento. Além dos aspectos técnicos, o jornal é um organizador colectivo do nosso trabalho; sem ele, a nossa intervenção na luta de classes e o nosso compromisso de defesa da independência de classe das organizações sindicais são irrealizáveis. A discussão sobre este ponto terminou com a decisão de publicar quatro números no primeiro ano.

Na discussão, as camaradas focaram a importância de centralizar o trabalho da secção marroquina e de reconstruir as células e as unidades de base em todas as cidades do país, a começar pelas cidades onde os camaradas assistiram à conferência e as cidades onde temos militantes trotskistas. Foi eleito um secretariado político nacional de seis camaradas, com tarefas por cada

membro.

Os intervenientes realçaram a necessidade de salvaguardar a independência financeira da secção, considerando-a como condição essencial da independência políti-

ca. Salientaram a necessidade de escrever e mandar um boletim de ligação a todos os camaradas, com um relatório dos trabalhos da conferência.

No final da conferência, depois de

aprovado o relatório, os camaradas cantaram o hino da *Internacional*.

Palestina

“Genocídio suspenso, não o projecto colonial”

Declaração da Iniciativa por um Estado Uno e Democrático (ODSI)⁽¹⁾

É com imenso alívio que, em Gaza, como no resto da Palestina e na diáspora, recebemos a trégua na destrutiva limpeza étnica do nosso povo, a tão aguardada retirada das tropas de ocupação da Faixa de Gaza e a libertação dos palestinianos das prisões coloniais.

Durante os últimos quinze meses, sofremos bombardeamentos quase constantes, fogo de artilharia pesada, privação de alimentos, deportações, detenções e a destruição de infra-estruturas essenciais de segurança, saúde, electricidade, água, saneamento, etc., elementos, todos eles, que caracterizam um genocídio. Os nossos mártires contam-se por dezenas de milhar, podendo ultrapassar cem mil, os feridos por centenas de milhar. (...)

Talvez o brutal genocídio transmitido em directo tenha chegado ao fim, mas a intenção mantém-se. Para o sionismo, a violência é um instrumento ao serviço do projeto colonial (...) O Estado colonial, que se define como “Estado exclusivo do povo judeu”⁽²⁾, tem de ser desmantelado e substituído pela sua antítese: um Estado palestini-

ano para todos os cidadãos. Este salvará não apenas os palestinianos, mas também os judeus que o projecto sionista utilizou para colonizar a Palestina (...); oferecê-lhes a opção de passar do estatuto de colonos ao de cidadãos. (...)

“Reacenda-se e promova-se no nosso discurso e nos nossos combates a visão palestiniana de um Estado democrático uno”.

Na prática, isto significa, em primeiro lugar, abandonar todas as pretensas “soluções” que se procurem amoldar aos fundamentos do sionismo, seja a de dois Estados, a de um Estado binacional, de uma confederação, de demanda de igualdade de direitos, de fim do apartheid no quadro das estruturas coloniais ou outras. Reacenda-se e promova-se no nosso discurso e nos nossos combates a visão palestiniana original de um Estado democrático uno, do rio até ao mar (...).

Em segundo lugar, sem julgar, mas de forma séria e crítica, temos de fazer um balanço dos nossos reveses na luta para pôr fim ao genocídio. Sem deixar de desfrutar destes momentos de paz temporária, abandonemos as velhas receitas e aprendamos com os nossos erros e deficiências. Para além da falta de visão a longo prazo para a nossa libertação, consistem esses erros em exigir à “Autoridade Palestiniana” e aos

regimes árabes que tomem uma posição contra o genocídio, em vez de nos organizarmos para os desafiar; em acreditar na retórica triunfalista da República Islâmica do Irão sobre a “unidade dos campos de batalha” e em adoptar o seu discurso identitário (reflexo da politização da identidade pelo sionismo), em vez de o desafiar (...).

O genocídio está suspenso, mas não o projecto colonial. É nossa responsabilidade colectiva mobilizarmo-nos por uma visão política de descolonização radical da Palestina, da região e do mundo.

16 de Janeiro de 2025

(1) Rede de militantes palestinianos que lutam por um Estado laico e democrático no território da Palestina histórica.

(2) Nos termos da lei aprovada em 2018 pelo Parlamento israelita (nota da redacção).

● CORREIO DE LEITOR

A propósito de marxismo e pan-africanismo

Caros camaradas,

Li com grande interesse a contribuição do camarada Mafa Kwanisai Mafa sobre a situação no Zimbabué publicada no número anterior d'*A Internacional* (nº 36, de Novembro de 2024).

O artigo aponta referências históricas úteis, mas também factos precisos sobre a luta de classes, hoje, neste país de África, que conquistou pela luta a sua independência das garras dos colonos da “Rodésia do Sul”.

Afiguram-se-me discutíveis vários aspectos do ponto de vista desenvolvido pelo camarada, agradecendo eu à redacção o favor de lhe transmitir estas minhas reflexões, e, se o considerar útil, as dar a conhecer aos leitores.

Primeira: pode-se pôr no mesmo pé, como o autor faz, “um ponto de vista marxista e pan-africanista”?

O pan-africanismo é uma corrente política que reivindica a unidade dos povos de África, tendo em conta que o continente foi retalhado em Estados com fronteiras artificiais — quando não traçadas “a régua e esquadro” pelas antigas potências coloniais —, dividindo etnias e nações em formação, opondo-as umas às outras à medida dos seus próprios interesses e das necessidades da política de rapina. Há várias décadas que correntes que se definem como progressistas e anti-imperialistas têm adoptado esta bandeira e esta causa. Fazem-no, nomeadamente, em reacção ao imperialismo, que, depois das independências formais, manteve relações de domínio neocolonial, transformando regiões inteiras em fossas comuns, em nome da rapina dos recursos pelas multinacionais.

A IVª Internacional não pode, pois, ignorar o que têm de são e progressista as aspirações pan-africanistas, tal como amplamente se manifestam no continente: unidade dos povos contra as di-

visões artificiais impostas pelas ex-potências coloniais, vontade de ruptura com o imperialismo, com a rapina das multinacionais, vontade de recuperar o controlo sobre os recursos e riquezas que pertencem aos povos africanos.

Não só a IVª Internacional não pode ignorar o que têm de são as aspirações que regem muitas destas correntes que se definem como pan-africanistas e anti-imperialistas, como deve, em diálogo fraterno com elas, convidá-las e reenquadrar a luta contra o neocolonialismo e o imperialismo — saqueador da África e genocida dos seus povos — em toda a sua dimensão: luta pelo derrube do sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção. No âmbito, portanto, mais além do continente africano, da luta de classe internacional contra a exploração capitalista.

É nisso que reside a diferença mais importante entre marxismo e pan-africanismo.

O marxismo é o socialismo científico: a teoria revolucionária indispensável ao proletariado para construir o partido mundial da revolução socialista que ajudará os trabalhadores a derrubar o sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção, socializando os meios de produção para abrir um futuro à humanidade.

O marxismo assenta no reconhecimento da divisão da sociedade em classes com interesses antagónicos, o que é o caso em todos os países e em todos os continentes, dado que o sistema capitalista que domina o planeta assenta ele próprio na existência de um mercado mundial. O pan-africanismo, por seu lado, não tem como seu ponto de partida o enfrentamento entre classes com interesses contraditórios (o que não quer dizer que não haja militantes que se reivindicam dessa corrente que reconheçam, pelo seu lado, a realidade da luta de classes).

A opressão colonial e os seus crimes redundaram em que a África ficasse inserida nas relações de produção capitalistas. Se bem que o domínio colonial (e neocolonial) tivesse, durante muito tempo, obstado ao desenvolvimento de uma burguesia nacional, é indiscutível existir hoje, em cada país de África, uma burguesia — não raro embrionária e *compradora*¹ — com um lugar próprio no sistema de exploração.

O nosso camarada escreve que “*a estrutura política do Zimbabué é encabeçada por uma elite dirigente que, tendo-se corajosamente insurgido contra o imperialismo e a dominação colonial, se vê como os libertadores da nação. Estes dirigentes têm controlado os sectores críticos da economia, designadamente a exploração mineira e a agricultura, considerados activos vitais para salvaguardar a soberania nacional. Numa perspectiva marxista, pode-se considerar que tal concentração de poder é um desvio dos ideais socialistas, dando azo à interpretação de que o Estado está ao serviço dos interesses de um número restrito de pessoas.*”

O problema não é, a meu ver, o “desvio dos ideais socialistas” a seu tempo proclamados pelo partido que dirigiu a luta nacional. Não é um problema de “ideais”, mas de forças sociais. O camarada escreve que uma “*elite dirigente*” se apropriou do controlo dos “*sectores críticos da economia*”, como a exploração mineira e a agricultura. A “*elite no poder*” é, pois, definida pela função social: é proprietária de determinados sectores da economia (portanto, dos meios de produção) — donde, ela explora a força de trabalho. Mesmo embrionária, mesmo compradora, ela é, assim, parte integrante da classe exploradora. Mesmo nas condições de uma nação oprimida pelo imperialismo, como o Zimbabué é.

Este esclarecimento afigura-se-me importante porque nem em África nem em região alguma do mundo se pode ignorar a divisão da so-

cidade em classes com interesses contraditórios.

O camarada escreve, aliás, que *“a classe trabalhadora e o campesinato enfrentam carências extremas devidas à pobreza, a falta de acesso a cuidados de saúde, à educação e à habitação. Num ponto de vista marxista, é a demonstração de que o Estado pós-colonial é incapaz de alcançar a justiça social, dando prioridade aos interesses da classe dominante em detrimento das necessidades básicas das massas. Os proletários urbanos (que trabalham nas minas, fábricas, etc.) e os camponeses rurais (maioritariamente agricultores de subsistência) continuam a ser os grupos mais explorados.”* Sempre há, portanto, luta de classes no Zimbabué, como, no mais, em todo o resto do mundo.

O camarada escreve que *“se bem que a reforma agrária tenha sido um passo necessário para resolver as injustiças coloniais, ela foi em grande parte cooptada pela elite política do Zimbabué. Em certos casos, retirou-se a terra aos pequenos agricultores para entregá-la a indivíduos com ligações políticas, o que originou ineficiências e reforçou as hierarquias de classe no Estado pós-colonial.”* O Estado *“pós-colonial”* a que se faz aqui referência não é, por conseguinte, um Estado sem natureza de classe; é, de facto, um Estado burguês, instrumento da exploração capitalista.

A leitura do artigo do camarada inspira outra reflexão. Os marxistas supõem a existência do mercado mundial e, portanto, a existência de uma só e mesma classe operária, a Internacional. Em todos os continentes se enfrentam exploradores a explorados, os marxistas chamam-lhe a *“unidade mundial da luta de classes”*, contra todos aqueles (estalinistas, pablistas *“terceiro-mundistas”*) que quiseram substituir a luta de classes pela pretensa

divisão do mundo em *“campos”* ou *“mundos”*. Para os marxistas, que rejeitam a hipótese teórica absolutamente fraudulenta do pretenso *“socialismo num só país”*, o objectivo dos trabalhadores é o derrube do sistema capitalista à escala mundial, a apropriação colectiva dos grandes meios de produção e troca e a sua socialização, a constituição da República Universal dos Conselhos Operários... a qual, como é evidente, integra Estados Unidos Socialistas da África, da Eurásia, da América...

Ora, falta esta dimensão. O artigo denuncia, e muito bem, as pressões, ingerências e sanções das grandes potências imperialistas ocidentais contra o Zimbabué, contra as medidas de reforma agrária parcial dos anos 2000. Ora, quem haverão de ser os melhores aliados do povo negro do Zimbabué contra as sanções e a ingerência, pela soberania nacional, do que os trabalhadores das grandes metrópoles imperialistas, que lutam contra os seus próprios governos? Se o inimigo da soberania nacional do Zimbabué é, como muito bem diz o artigo, o imperialismo, os seus governos e as suas instituições (FMI, Banco Mundial, Commonwealth britânica, etc.), não se lhes haverá de opor a aliança dos trabalhadores e camponeses do Zimbabué (centro da nação) com os trabalhadores das metrópoles imperialistas?

Objectar-se-á porventura que os trabalhadores das metrópoles imperialistas são, não raro, impedidos de procurar a unidade com os seus irmãos e irmãs de classe das nações oprimidas pelas direcções tradicionais das organizações operárias, que entendem dever agarrar-se ao privilégio — cada vez mais atrofiado

— de recolher as migalhas que os capitalistas e as multinacionais se dispõem a deixar cair em sua intenção da *“mesa do festim imperialista”* (Lenin). Pois sim. A realização da unidade internacional da classe operária é, pois, uma tarefa prioritária a que todos os trabalhadores devem meter ombros, tanto os das nações oprimidas como os das nações que oprimem. Deve, muito em particular, constituir dever que se impõe a todas as secções da IV^a Internacional, nos Estados Unidos como no Brasil, em França como no Zimbabué.

Em duas palavras, estamos no cerne das questões de teoria marxista da revolução permanente: que força social senão a classe operária é hoje capaz de cumprir até ao fim as tarefas nacionais e democráticas (ruptura com o imperialismo, soberania nacional, reforma agrária)?

Fraternalmente

J. A.

1. Do português ‘comprador’: designa, originalmente, os mercadores indígenas que comerciavam com os mercadores das grandes potências europeias nas suas feitorias coloniais. Por extensão, uma burguesia *“compradora”* situa-se numa relação de dependência das grandes potências imperialistas.

● HISTÓRIA

Há cinquenta anos, a derrota do imperialismo americano no Vietname



Tropas americanas no rio Drang, Novembro de 1965.

Cronologia da intervenção militar dos Estados Unidos no Vietname e da mobilização do povo e da juventude dos Estados Unidos que tanto contribuiu para lhe pôr termo

1946. Início da guerra de independência para libertar o Vietname da potência colonial, a França.

1950. Primeiro envio maciço de armas dos Estados Unidos para o Vietname do Sul — [no valor de] 15 milhões de dólares — para reforçar o exército sul-vietnamita.

1954. 7 de Maio, rendição das forças francesas em Diên Biên Phu.

Assinatura dos Acordos de Genebra, que separam o Vietname em dois.

1955. Soldados americanos encaram-se do treino das tropas vietnamitas no sul.

1957. A Frente Nacional de Libertação (NLF) do Vietname do Sul passa à ofensiva.

1960. O Vice-Presidente Lyndon Baines Johnson (LBJ) visita o Vietname e declara que os Estados Unidos apoiam o governo de Diem; algum tempo depois, Diem é assassinado num sangrento golpe de Estado.

1964. Após um alegado ataque das tropas norte-vietnamitas ao navio USS Madison no Golfo de Tonquim, o Congresso aprova uma resolução que autoriza Lyndon B. Johnson a tomar todas as medidas de retaliação necessárias. A presença militar americana au-

menta consideravelmente.

1965. A operação Rolling Thunder, que dura três anos, autoriza LBJ a usar napalm nos bombardeamentos americanos. Passa a haver duzentos mil soldados americanos no terreno no Vietname.

Uma primeira vaga de conferências-debates percorre o país. Trinta e cinco mil activistas anti-guerra convergem para Washington DC para exigir o fim da guerra dos EUA no Vietname e o fim da conscrição, ou seja, do recrutamento forçado dos jovens. Os activistas apelam ao governo para que afecte os créditos destinados à guerra à luta contra a pobreza.

1966. Manifestações contra a guerra espalham-se rapidamente pelas cidades universitárias. Em Outubro, é visada a Dow Chemi-

cal, produtora do agente laranja. O agente laranja era um tipo de herbicida usado pelo exército americano, que o espalhava nas florestas para impedir os combatentes vietnamitas de lá se esconderem.

1967. Quinhentos mil soldados americanos estão agora no terreno, a guerra está ao rubro, e os Estados Unidos sofrem as suas primeiras derrotas militares. Nos Estados Unidos, a polícia e a Guarda Nacional lançam ataques contra estudantes e manifestantes anti-guerra, nomeadamente na Universidade de Wisconsin e na Universidade de Michigan. Usa-se pela primeira vez gás lacrimogénico num confronto com estudantes. No sábado, 21 de Outubro, dá-se a maior manifestação e comício contra a guerra, organizados pelo Comité de Mobilização dos Estudantes para Acabar com a Guerra no Vietname.

1968. O Dr. Martin Luther King é assassinado em 4 de Abril. Anteriormente, King tinha denunciado a guerra dos EUA no Vietname num discurso proferido na Igreja de Riverside, em Nova Iorque. Nesse discurso, descreveu o governo americano como “a maior causa de violência no mundo”.

Cem mil pessoas marcham para Washington. O número de mortos nas fileiras do exército americano atinge 25.000.

No Vietname, as tropas da FNL e norte-vietnamitas lançam a ofensiva do Tet. Resultado: um desastre militar para as tropas americanas. A oposição à guerra cresce no país e em todo o mundo. Os estudantes americanos continuam a queimar as fichas de conscrição que os recrutam à força. As forças norte-americanas matam centenas de civis desarmados na aldeia de My Lai; a indignação internacional contra os Estados Unidos atinge o auge.

Início das conversações de paz de Paris, com o objetivo de pôr fim à guerra. A Convenção Nacional Democrática em Chicago é palco de um motim policial.

1969. Nixon eleito Presidente. Lança secretamente um programa de bombardeamentos que alarga a guerra ao Camboja e ao Laos.

Em 15 de novembro, vários milhões de pessoas manifestam-se contra a guerra em quase todas as cidades dos Estados Unidos. Em Washington, mas também em São Francisco e no Distrito de Columbia, mais de 750 mil pessoas marcham contra a guerra, o que constitui, na altura, a maior manifestação contra a guerra no Vietname.

O movimento anti-guerra não se limitou a palestras e debates nas cidades universitárias. Há grandes manifestações, greves e comícios estudantis. Enquanto dura a guerra, registam-se constantes e vivos conflitos internos. Os militantes trotskistas organizados no SWP e no YSA propugnam a unidade em torno de uma única exigência, *Out Now/Bring Our Boys Home Now!* (“Fora já!”/“Mandem-nos os Rapazes para Casa!”), enquanto outros, os pacifistas e estalinistas, dizem que o foco deve estar no apoio às negociações de Paris.

1970. Em 4 de Maio, a Guarda Nacional do Ohio dispara sobre estudantes da Universidade Estadual de Kent, fazendo quatro mortos e nove feridos. O massacre dá ensejo a uma greve nacional dos estudantes.

Outro tiroteio da Guarda Nacional, na Universidade Estadual de Jackson, durante uma manifestação pelos direitos civis, no dia seguinte ao massacre de Kent.

1973. Alcança-se um acordo de cessar-fogo em Paris. As tropas de combate americanas começam a abandonar a região. O recrutamento obrigatório é substituído por um sistema de sorteio. Morreram em combate cerca de 58 mil soldados americanos. Do lado vietnamita, estima-se que o número de soldados mortos em 1,1 milhões e entre 400 mil e 2 milhões o de perdas civis.

1975. A 30 de Abril, a guerra termina. Os Estados Unidos são vencidos. Os tanques do exército

norte-vietnamita rolam pelas ruas de Saigão, enquanto os helicópteros americanos evacuum o pessoal dos edifícios da embaixada dos Estados Unidos.

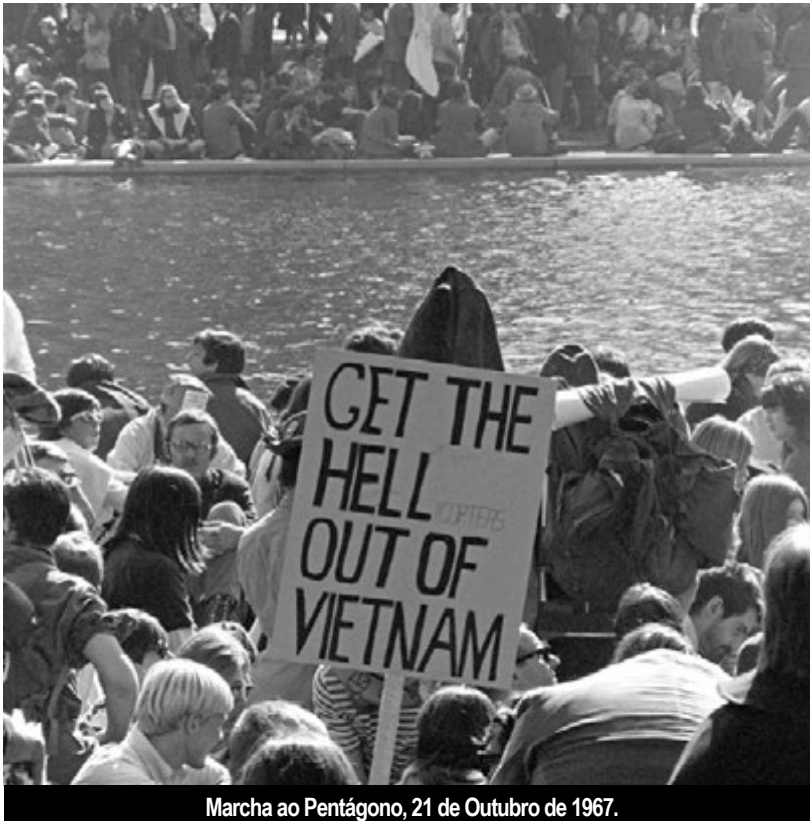


As consequências dos acordos de Genebra (1954)

● HISTÓRIA

“O movimento contra a guerra do Vietname deixou um legado importante, é preciso reactivá-lo”

ENTREVISTA A CLIFF CONNER, ANTIGO MILITANTE DO SWP



Marcha ao Pentágono, 21 de Outubro de 1967.

O que significa para ti “Abril de 1975”?

Lembro-me que foi o tempo em que os helicópteros americanos levantaram voos dos prédios, no Vietname do Sul, carregados de gente a fugir dos norte-vietnamitas, que tomavam todo o país. Para nós, significava o fim da guerra e a vitória do povo vietnamita... os imperialistas americanos perdiam a guerra.

Em retrospectiva, não foi uma vitória tão clara como se pudesse esperar. Os Estados Unidos haviam bombardeado o Vietname sem dó nem piedade e destruído tanta coisa, que se podia perguntar como podiam os vietnamitas dizer que tinham ganho? Mas venceram, sim. Sentiam-se vitoriosos. Fui ao Vietname alguns anos mais tarde e conversei com vietnamitas

que tinham lutado na Frente de Libertação Nacional (FLN) e no VietCong e também com expatriados americanos que ainda lá viviam. Perguntei-lhes como era possível que os vietnamitas não tivessem ressentimento contra os americanos, com o que estes lá tinham feito durante dez anos. A resposta que me deram foi que eles não sentiam mágoa contra os americanos porque estavam convencidos de ter ganho a guerra.

E ganharam-na mesmo, pois o seu objectivo não era outro senão impedir que os Estados Unidos conquistassem o Vietname e decidissem o seu futuro. E conseguiram-no militarmente, numa luta tremenda!

O que levou o imperialismo americano a admitir a derrota tão subitamente, em 1975?

Ora, acho que foi simplesmente o que aconteceu no terreno. O Vietname inteiro levantou-se contra os Estados Unidos, e os Estados Unidos foram derrotados militarmente. Acrescentaria uma coisa que toca no que é o foco do teu interesse neste ponto: que papel desempenhou o movimento anti-guerra americano para isso — para o governo dos EUA ter de admitir que não podia derrotar militarmente o Vietname? A resposta, tenho de a dar com muita cautela, porque não quero que pareça que eu acho que foi o movimento anti-guerra nos Estados Unidos quem ganhou a guerra. Não é certo. O que permitiu ganhar militarmente a guerra foi o sacrifício extremo do povo vietnamita e a sua própria luta. Mas julgo que o movimento anti-guerra nos Estados Unidos deu aos combatentes vietnamitas considerável ajuda e solidariedade.

Começámos a mobilizar-nos em 1965-1966, era um movimento anti-guerra muito pequeno. Foi crescendo constantemente ao longo de dez anos, até que milhões de americanos, compreendessem ou não a justiça da luta do povo vietnamita, chegaram à conclusão de que os Estados Unidos não estavam a travar uma guerra justa.

Era uma guerra imperialista. A maioria dos americanos não utilizaria o termo. Quando o movimento contra a guerra do Vietname, dirigido principalmente por jovens e estudantes nas cidades universitárias, etc, conseguiu influenciar dezenas de milhões de americanos e os dispôs contra a guerra, isso influenciou os próprios soldados americanos no Vietname, que começaram a virar-se contra os seus comandantes. Recusavam-se a combater e fugiam para o mato para fumar erva.

O governo chamou a isto um pro-

blema de “moral das tropas”. Dizia que o moral das tropas era muito baixo, que elas não queriam combater. Pois, não queriam combater porque o movimento antiguerra tinha convencido a maioria da população americana de que a guerra não era para libertar o povo vietnamita, mas para o oprimir. Os soldados americanos não estavam dispostos a morrer por tal causa.

O povo vietnamita resistia e nunca aceitaria a derrota. Assim, nessa altura, quando as tropas americanas deixaram de cumprir as ordens dos seus comandantes, o governo compreendeu que era o fim. A guerra não podia ser ganha militarmente.

O movimento antiguerra começou nas universidades? Porque começou? Como se desenvolveu? Que formas assumiu?

A primeira manifestação de que me lembro, acho que foi em 1965. Foi convocada por uma pequena organização socialista, o *Workers World Party*, Partido Mundial dos Trabalhadores. Este partido cindira do SWP, *Socialist Workers Party* (Partido Socialista dos Trabalhadores), que era a principal organização trotskista dos Estados Unidos na altura. Ao começar, o movimento antiguerra era constituído por um punhado de pacifistas e socialistas.

A primeira manifestação foi muito pequenina, tinha poucas centenas de pessoas, se tanto. O problema é que o foco não era parar a guerra, era condenar o imperialismo americano, o que não atraía muito a maior parte dos trabalhadores. Nos anos seguintes, o Partido Mundial dos Trabalhadores continuou a convocar o mesmo tipo de manifestações anti-imperialistas. Todos os anos, durante os dez anos que se seguiram, juntava-se sempre a mesma centena de pessoas às manifestações deles: ou seja, nunca se conseguiu progredir.

Entretanto, o Partido Socialista dos Trabalhadores começou a convocar manifestações nos anos seguintes, em 1965, 1966, 1967 e 1968. Mas não como as convocadas pelo Partido Mundial dos

Trabalhadores: o foco agora era, explicitamente, acabar com a Guerra do Vietname, nada mais.

O SWP não se limitou a convocar manifestações em seu próprio nome. Tentámos e conseguimos criar alianças de organizações que se opunham à guerra por razões muito diferentes: grupos pacifistas, grupos pelos direitos humanos, grupos pelos direitos civis, jovens que não queriam ser recrutados... era bem vindo quem quer que quisesse acabar com a guerra. Não era preciso ser socialista ou anti-imperialista. Estávamos a tentar aplicar aquilo a que os trotskistas chamam a “frente única”.

Esta estratégia funcionou. As manifestações passaram rapidamente de centenas de participantes a milhares, depois a dezenas de milhares e, finalmente, a centenas de milhares!

A maior resposta aos apelos a manifestações contra a guerra do Vietname veio das cidades universitárias, dos estudantes. Começou a tomar forma um movimento estudantil, que tinha na oposição ao recrutamento, ao serviço militar, um dos seus principais eixos. Nessa altura, nos Estados Unidos, os jovens de uma certa faixa de idades estavam sujeitos ao recrutamento: podiam ser mandados para o Vietname para combater e morrer. O recrutamento supunha-se universal, mas as famílias abastadas podiam arranjar maneira de conseguir diferimentos para os filhos. Isto tornou-se muito impopular nas universidades, como se pode imaginar. A reivindicação de parar com o serviço militar obrigatório passou a ser um aspecto muito importante da primeira fase do movimento contra a Guerra do Vietname: que os jovens que não queriam combater numa guerra imoral deixassem de ser obrigados a dar a vida por uma má causa.

Contudo, o essencial do movimento anti-guerra era exigir o fim da guerra. Pode parecer óbvio e incontestável para quem se opunha à guerra, mas havia grandes diferenças de opinião entre as pessoas e organizações que mobilizavam contra a guerra.

Quais eram as diferentes posições no seio do movimento anti-guerra?

Eu diria que havia três correntes de opinião principais sobre a maneira de acabar com a guerra no Vietname.

A primeira era a corrente que se poderia chamar “reformista”. Para eles, a guerra do Vietname era simplesmente uma escolha política feita por políticos americanos. Tinham optado pela guerra contra um pequeno país do Sudeste Asiático e podiam mudar de decisão. O movimento antiguerra servia para convencê-los a isso. Quem eram esses “reformistas”? Muitos deles eram pacifistas e gente que se opunha à guerra por razões religiosas. Muitos mais eram aderentes do Partido Democrático, os “liberais”, como lhes chamam nos Estados Unidos, por oposição aos republicanos. Nos bastidores, o quadro organizativo do movimento reformista era dado pelo CPUSA, o Partido Comunista dos Estados Unidos. Não o digo num sentido conspirativo. Os militantes do PC eram parte legítima do movimento antiguerra, mas a política que promoviam estava alinhada com os liberais do Partido Democrático. A solução para acabar com a guerra era eleger candidatos democratas que se declarassem contra a guerra.

Isto leva-me à segunda corrente, a que nós, do SWP, representávamos e tentávamos dirigir. Sabíamos que influenciar o Partido Democrático não era forma de acabar com a guerra. Sabíamos por longa experiência que o Partido Democrático era o cemitério dos movimentos sociais. O Partido Democrático tentaria instrumentalizar o movimento antiguerra para as campanhas políticas dos candidatos liberais. Usariam o movimento para serem eleitos, e depois nada fariam para acabar com a guerra.

A alternativa que nós queríamos propor era uma estratégia de movimento de massas nas ruas, a que subjazia a convicção de que a maneira de acabar com a guerra era construir um movimento de

● HISTÓRIA

>>> massas de dezenas de milhões de americanos, convencendo-os de que a guerra era imoral, que era uma causa má e injusta em todos os sentidos. Como já disse, isso levou de facto a acabar com a guerra pela acção dos próprios soldados americanos. Não foram candidatos do Partido Democrático como George McGovern ou Robert Kennedy, mas a massa do próprio povo americano que se voltou contra a guerra e “desmoralizou” os soldados que tinham de fazer a guerra na prática.

Deste modo, as manifestações foram aumentando, chegando a atingir meio milhão, ou mesmo um milhão, de participantes. Grande parte da acção saía das universidades americanas, com alianças anti-guerra que cresciam em cada uma de duas a três mil cidades universitárias. Estas alianças faziam as principais alianças à escala nacional convocar manifestações em Washington e na Costa Oeste, principalmente em São Francisco, organizavam autocarros para levar os estudantes para Washington e São Francisco. Centenas de milhares de estudantes apareciam nas manifestações, mostrando que o povo americano não engolia a propaganda do governo, que dizia que a guerra era pela liberdade do povo vietnamita.

Entretanto, havia ainda uma terceira corrente que disputava a direcção do movimento. Embora não fosse a mais significativa, também propugnava uma falsa alternativa à acção de massas, e era necessário combatê-la. Eram os ultra-esquerdistas, pequenos grupos que se diziam comunistas, maoistas, alguns diziam-se trotskistas.

Estes grupos, se bem que numericamente limitados, eram, alguns deles, muito activos, bem organizados e capazes de fazer muito barulho e confusão. A sua estratégia era sempre de confrontação. Queriam defrontar a polícia e provocá-la a usar da violência contra os manifestantes antiguerra. O problema era a confusão que criavam entre os milhões de americanos que estavam a começar a tomar posição contra a guerra. Os políticos e a comuni-

cação social pró-guerra apontavam os pequenos confrontos que eles provocavam para afastar os cidadãos comuns das manifestações contra a guerra.

As manifestações de massas que nós convocávamos e dirigíamos eram tudo menos violentas. Não queríamos confrontos com a polícia. Não queríamos pôr os manifestantes contra a guerra em choque com a polícia, e que esta partisse cabeças. Isso não era estratégia capaz de atrair milhões de trabalhadores e cidadãos comuns. Sabíamos que se essa se tornasse a imagem de marca do movimento, os trabalhadores deixariam de vir às centenas de milhar. Foi isso que tentámos evitar, e penso que, no fim das contas, fomos bem sucedidos, apesar de, nas histórias do movimento contra a guerra do Vietname, ainda hoje haver ecos da ideia de que os manifestantes eram essencialmente violentos e provocavam confrontos.

O que poderia acabar com a guerra? Nada, a não ser obrigar o governo americano a mandar as tropas regressar. Foi sempre essa a nossa palavra de ordem: “*Bring the troops home now*”, por vezes abreviada em “*Out now*”. Foi esta a palavra de ordem central do verdadeiro movimento antiguerra, que conseguiu realmente fazer com que as tropas voltassem e a guerra acabasse.

Os nossos adversários da extrema-esquerda queixavam-se que “ó pá, isso assim não é lá muito militante. Temos de acabar com o capitalismo nos Estados Unidos já!” Claro que nós, militantes do SWP, éramos 100% por pôr fim ao capitalismo nos EUA. Só que é óbvio que isso não estava na ordem do dia durante a guerra do Vietname. Durante a guerra, a questão política central era acabar com a guerra, e nós achámos que a maneira de o conseguir era mobilizar centenas de milhares de pessoas, por vezes milhões, para virem para a rua gritar “Fora, já!”. Outra palavra de ordem que constantemente se avançava era a de greve geral contra a guerra. Houve, de facto, algumas acções sindicais contra a guerra que ajudaram muito, especialmente em

São Francisco, onde de vez em quando os estivadores convocavam uma greve — não uma greve geral — contra o envio de material militar para o Vietname. Toda a gente que era contra a guerra era a favor disso. Mas a ideia de, em vez de exigir que as tropas voltassem a casa, para acabar com a guerra, exigir o fim da guerra através de uma greve geral de todos os trabalhadores dos Estados Unidos era pura e simplesmente uma palavra de ordem inviável para o movimento.

Para nós, era óbvio que, quando, em reuniões das alianças contra a guerra, havia votações, se a decisão fosse apelar à greve geral, talvez conseguíssemos uma manifestação de 5 ou 10 mil pessoas. Já com a palavra de ordem de mandar as tropas para casa, podíamos atrair várias centenas de milhares de pessoas, talvez até um milhão ou mais, para Washington DC.

Durante os dez anos do movimento, o nosso trabalho consistiu em nos batemos pela acção de massas, contra o que as outras correntes propunham.

A ameaça de recrutamento afectou-te pessoalmente?

Não, eu era um pouco mais velho. Ou melhor, eu já estava casado em 1963, antes da guerra do Vietname. Nessa altura, a conscrição não era extensiva aos homens casados. Pouco tempo depois, tive filhos, numa altura em que o alistamento já abrangia homens casados, mas não homens casados com filhos. Foi por mero acaso que acabei por estar sempre livre. E quando a guerra do Vietname começou mesmo, eu tinha acabado de passar o limite de idade fixado na altura.

Deste modo, nunca fui recrutado para o exército, mas gente um ano mais nova do que eu foi, pelo que estive metido com os estudantes no movimento contra o recrutamento, apesar de não estar pessoalmente ameaçado.

Os jovens tentavam escapar ao recrutamento?

Sim, havia maneiras de tentar evitar a conscrição. Na altura, os

chefes militares não queriam soldados que fossem homossexuais. Houve homens que, não sendo homossexuais, declararam sê-lo para evitar o alistamento. Isto foi antes de haver um movimento pelos direitos dos homossexuais. Não que hoje se achasse, retrospectivamente, que foi boa ideia, mas fazia-se para evitar ser mandado para o Vietname.

Outra era declarar uma deficiência física. Destes, o actualmente mais famoso é o criminoso que vai ficar a ser nosso Presidente da República daqui a uns dias. Como a família tinha muito dinheiro, o pai pôde arranjar médicos que jurassem que o filho não estava fisicamente apto para o serviço militar. Alegou que tinha esporões nos calcanhares e, com isso, evitou ser alistado.

Por fim, outra forma de evitar o recrutamento era mudar-se para fora do país, sobretudo para o Canadá. Vários milhares de jovens fizeram-no.

Mas a maioria dos jovens da classe operária ou foi recrutada ou teve a sorte de o seu número não ter saído. Na prática, o pessoal que combatia no Vietname vinha tendencialmente da população normal e comum, razão por que esta começou a ser “contaminada” pelo espírito anti-guerra quando o movimento contra a guerra atingiu proporções de massas. Diziam “não queremos estar metidos nisto”, eram contra uma guerra imoral pela qual lhes pediam que morressem.

O que é que aconteceu aos que combateram, quando voltaram? Como é que os veteranos foram tratados?

Isto nem devia figurar nesta conversa, mas tem de figurar, porque, vergonhosamente, quando os veteranos de guerra voltaram, não foram bem tratados por quem os mandou para lá. A comunicação social de direita pró-guerra criou um falso problema, alegando mendazmente que os jovens que não tinham ido para a guerra e se tinham mobilizado contra ela hostilizavam os veteranos regressados, lhes chamavam “criminosos de guerra” e coisas do género.

Não era verdade. Não era assim que o movimento anti-guerra encarava os GI (soldados americanos). Não foram os GI que nós responsabilizámos pelos crimes de guerra no Vietname. A maioria eram jovens, obrigados a ir para lá combater contra a sua vontade. Puseram-lhes armas na mão e mandaram-nos para o terreno para combater soldados vietnamitas armados. É claro que combateram para defender as próprias vidas. Mas não os víamos como os “maus” da guerra. Considerávamos que os soldados americanos também eram vítimas. A maioria dos manifestantes anti-guerra via os GIs que estavam no Vietname como aliados. Trabalhei com soldados que eram contra a guerra, por exemplo em Fort Jackson, na Carolina do Sul. Havia GIs do exército que eram anti-guerra e participavam em manifestações uniformizados, o que transtornava os oficiais ao ponto de os meterem na prisão. Nós, do SWP, organizámos um amplo movimento de protesto contra a repressão de soldados americanos por protestarem contra a guerra, exercendo os direitos de cidadãos que continuavam a assistir-lhes mesmo estando no exército. Ganhámos muitos desses casos. Tínhamos advogados que os representavam, o que ajudou a criar um importante movimento antiguerra entre GIs no activo e também um movimento de veteranos contra a guerra. Foram organizações de grande dimensão, que desempenharam um papel importante no fim da guerra.

Que papel específico desempenharam os negros americanos na guerra?

Ainda bem que falas nisso. Havia um grande número de soldados negros em combate no Vietname — não sei dizer a percentagem exacta, mas era muito mais elevada do que a proporção deles na sociedade como um todo. Por essa razão, houve uma aliança natural, aqui nos Estados Unidos, entre o movimento pelos direitos civis e o movimento contra a guerra do Vietname. Acontece que eu estava num dos locais onde esta aliança era mais forte.

Não era o sector geograficamente mais importante do movimento anti-guerra, por ser no Sul dos Estados Unidos, e o Sul, como provavelmente sabem, tendia a ser mais reaccionário politicamente.

Eu vivia em Atlanta, na Geórgia, e as primeiras manifestações que lá organizámos contra a guerra não atraíram mais de cem pessoas. Depois o número começou a subir, para duzentas, trezentas, quatrocentas pessoas... mas o número de activistas que organizavam as manifestações era apenas uma vintena ou trintena, enquanto, em Nova Iorque ou nas cidades universitárias podia haver uns 50, cem ou mil activistas que, com o tempo, podiam convocar e organizar manifestações muito maiores. Mas Atlanta era um dos centros do movimento pelos direitos civis. O Reverendo Martin Luther King Jr. tinha a sua principal organização em Atlanta, na Igreja Baptista de Ebenezer, de que era o pastor. A organização de direitos civis chamava-se *Southern Christian Leadership Conference* (SCLC). Era uma instituição grande, com muitos escritórios e muito pessoal. Foram eles que vieram ter connosco. Por “nós” refiro-me ao movimento contra a guerra do Vietname. Já em 1965 o Reverendo King tinha começado a manifestar-se publicamente contra a guerra. Em Abril de 1967, tornou-se, porém, num dos mais pujantes e proeminentes opositores da guerra. Talvez se lembrem que ele, Muhammad Ali e Malcolm X — muitos dos dirigentes negros nos Estados Unidos — começaram a falar directamente contra a imoralidade da Guerra do Vietname. Que era uma guerra imperialista para esmagar uma insurreição num pequeno país do outro lado do mundo. Assim, o movimento pelos direitos civis, mormente a sua ala radical, incluindo Malcolm X e o *Student Nonviolent Coordinating Committee* (SNCC), foram atraídos para a causa anti-guerra. Em Atlanta, como já disse, trabalhámos então em estreita colaboração com a organização do Reverendo King e o SNCC. Um dos dirigentes do

● HISTÓRIA

>>>

SNCC era Julian Bond, muito activo no movimento contra a Guerra do Vietname e no movimento pelos direitos civis. Outro dirigente importante da organização de Martin Luther King era o Reverendo Andrew Young, com quem travei conhecimento por ele ser muito próximo do movimento anti-guerra. Ele ofereceu-nos espaço de escritório e algum do pessoal da SCLC para nos ajudar a organizar manifestações contra a guerra. Tínhamos uma relação muito próxima, que era simplesmente o reflexo da proximidade dos dois movimentos em todo o país.

Que vestígios da guerra do Vietname permanecem na memória colectiva do povo americano? Qual é o legado deste movimento?

Questão complicada. Durante muitos anos, o efeito foi potente. A guerra terminou em 1975, e eu diria que a classe dirigente americana ficou por muito tempo muito afectada por aquilo a que chamavam a “síndrome do Vietname”. A síndrome devia-se a que o povo americano no seu conjunto, o eleitorado, tinha deixado de ser a favor da guerra imperialista. Embora a palavra “imperialista” nunca se tivesse usado muito, era isso que ela era. Mandavam-se tropas americanas para o estrangeiro impor a países pequenos e grandes do mundo inteiro os valores do capital americano e a política externa americana. Mas deixou de se poder contar com o apoio do povo americano. Assim, de 1975 a 2001, durante uns vinte e seis anos, a síndrome do Vietname influenciou muito a política americana. Não impediu completamente as guerras americanas pelo mundo, mas conteve-as e impediu-as de serem tão eficazes como a classe dominante queria.

Bom, tenho a certeza de que

sabem o que entretanto mudou: o 11 de Setembro de 2001, quando o World Trade Center foi destruído por radicais islâmicos. Nessa altura, os Estados Unidos começaram a usar o atentado como pretexto para lançar grandes guerras que duraram até muitíssimo tempo depois dele, pelo menos vinte anos, e ainda continuam, embora menos abertamente do que foram as guerras no Iraque e no Afeganistão, em particular, e em muitas outras partes do Médio Oriente. Enfim, eles conseguiram usar a desculpa do ataque para erradicar a síndrome do Vietname e começar a minar a ideia, no povo americano, de que o exército dos EUA fosse uma mera força imperialista. A conversa foi que os ataques jihadistas demonstravam que precisávamos das forças armadas. Que o exército americano é nosso amigo, nos apoia, nos defende, precisamos dele. Assim se começou a minar a síndrome do Vietname. Actualmente, eu diria que já quase não existe.

Tivemos muita dificuldade em construir um novo movimento anti-guerra contra as guerras dos EUA no Iraque e no Afeganistão. Por vezes, conseguimos reunir algumas centenas de milhares de pessoas, é verdade, mas o Estado americano convenceu a grande maioria de que era alvo de terroristas, e que os terroristas representavam uma grande ameaça à nossa “segurança nacional”. É nesta situação que estamos hoje.

O movimento contra a guerra do Vietname deixou um legado importante, mas que precisa de ser reactivado. Nas cidades universitárias, tem havido discussão sobre os paralelismos entre a mobilização contra o genocídio em Gaza e o movimento contra a guerra do Vietname.

Eu próprio sinto isso entre os estudantes e outros manifestantes anti-sionistas. Sinto a semelhança

das emoções e da paixão dos estudantes, a convicção de que o que está a acontecer em Gaza é totalmente imoral. Talvez ainda pior do que o que os Estados Unidos fizeram no Vietname, porque o que está a acontecer em Gaza é um genocídio absoluto.

Mesmo antes de me tornar socialista, eu sentia uma oposição muito forte à guerra do Vietname. Quando me tornei socialista, compreendi o papel do capitalismo e do imperialismo, mas foi pela repulsa instintiva pela extrema imoralidade da guerra que tudo começou. No princípio, a principal palavra de ordem era “*Hey, hey LBJ, How many kids did you kill today?*” [“*O LBJ (iniciais de Lyndon Johnson, vice-presidente de 1961 a 1963, depois presidente dos Estados Unidos (de 1963 a 1969), quantos miúdos mataste hoje?*”] Hoje ouço ecos desse sentimento nas cidades universitárias, embora o problema seja que o movimento entre o povo americano para ir contra o genocídio em Gaza ainda não é suficientemente grande.

Chegados à década de 1970, o movimento contra a guerra do Vietname tinha adquirido sério poder político nos Estados Unidos. Ainda não chegámos a esse ponto na questão de Gaza, mas vislumbro-lhe as raízes e percebo que a herança e o legado do movimento contra a Guerra do Vietname podem ser úteis para os jovens que se estão a organizar contra o genocídio em Gaza.

Entrevista de C. A., 17 de Janeiro

Inteligência artificial (IA): uma bolha financeira a inchar?

POR PIERRE CISE

A IA atrai cada vez mais capitais. Seja para investir ou para especular, ou ambas as coisas, há alguns anos, especialmente nos últimos dois ou três anos, massas de capitais têm afluído ao domínio da IA. Muitos especialistas vêem neste afluxo o principal factor do “dinamismo” das bolsas mundiais em 2024, nomeadamente na Wall Street.

Há biliões de dólares de capitais em incessante demanda da máxima rentabilidade, alimentados pelas brutais injeções de “liquidez” dos bancos centrais na sequência da crise das hipotecas-lixo (“subprime”) de 2008 e das ajudas estatais monstro concedidas desde o início da pandemia de Covid-19, em 2020.

Alguns números ilustram a ordem de grandeza desta corrida à IA. Segundo os analistas do sector, o montante total investido em IA até 2030 situar-se-á entre 1 e 1,3 biliões (trilhões, no Brasil) de dólares a nível mundial. Como o volume actual ronda 200 mil milhões de dólares, estamos a falar de uma progressão de 500-600% em poucos anos.

Este afluxo de capitais beneficia desde já numerosas multinacionais, essencialmente americanas, em, pelo menos, três domínios: o dos fornecedores de plataformas na “nuvem”, o dos fornecedores de software que recorre a IA e os fornecedores de material para IA, designadamente o fabrico de processadores, placas gráficas e outros sensores.

Os fornecedores das plataformas na “nuvem” são as multinacionais americanas mais potentes: Amazon, Alphabet-Google, Microsoft e IBM. Como a IA exige enormes capacidades de armazenamento e centros de dados, as maiores multinacionais do sector capturaram o essencial do mercado.

Os grandes grupos dominam o mercado do software de IA: Oracle, Salesforce e Adobe, todos eles

propriedade de dois dos maiores gestores de fundos de pensões do mundo (Vanguard Group e Capital Research & Management), do maior fundo de investimento do mundo (BlackRock Fund Advisors) e do fundo dirigido pelo multimilionário Warren Buffett (Berkshire Hathaway).

Mas este sector é também o domínio das *start-ups*. Estas angariaram 131.500 milhões de dólares em 2024 (mais 52% do que em 2023), três quartos dos quais angariados pelas 48 *start-ups* americanas do sector da IA⁽¹⁾. Só a *start-up* OpenAI (criadora do ChatGPT) angariou 6.600 milhões de dólares. Diga-se que, longe do mito da *start-up* independente, 49% da OpenAI são detidos pela Microsoft. Isto explica que a OpenAI se tenha tornado na *start-up* mais valorizada do mundo (com uma capitalização em bolsa de 157 mil milhões de dólares). Elon Musk não anda muito atrás, com a sua *start-up* xAI (que desenvolve o robô Grok, concorrente do ChatGPT), que angariou 6 mil milhões de dólares em Dezembro passado e está avaliada em 50 mil milhões de dólares. Outro concorrente da OpenAI, a Databricks, angariou, no final de 2024, um montante de capitais recorde, 10 mil milhões de dólares.

Quanto aos fornecedores de equipamentos, convém lembrar que, para ser eficaz, a IA precisa, sobretudo, de processadores (GPUs, Graphics Processing Units) que combinem o maior poder de computação possível com enormes potenciais de cálculo simultâneo. Neste domínio, a empresa americana Nvidia domina a concorrência, com 80% do mercado das GPU. A capitalização em bolsa da Nvidia⁽²⁾ atingiu 3,335 biliões de dólares em Junho de 2024, o que a pôs no primeiro lugar mundial das capitalizações em bolsa, ultrapassando os gigantes Microsoft e Apple.

A IA interessa aos capitalistas, porque estes a vêem como uma

nova fonte de lucro. Com a IA acontece o mesmo que com qualquer nova tecnologia: os capitalistas só lá investem capital se isso proporcionar a geração de ainda mais lucros. Relatórios e pareceres não se cansam de exaltar as promessas da IA. Segundo um relatório do banco americano Goldman Sachs⁽³⁾, a utilização da IA generativa aumentará a produtividade mundial em 15% nos próximos dez anos, e a riqueza (leia-se, “os lucros”) deverá aumentar 7% a nível mundial, por um total de 7 biliões de dólares. Segundo a McKinsey⁽⁴⁾, a IA permitirá que o PIB dos principais países imperialistas cresça entre 1,5% e 3,4% por ano nos próximos dez anos.

É lícito pensar que que as miríficas promessas da IA anunciadas pelos bancos e gabinetes de consultoria existam para suscitar a necessidade de recorrer a eles, mediante substanciais comissões. Mas é inegável que os capitalistas vêem na IA a possibilidade de encontrar uma saída para as contradições do sistema capitalista, na era imperialista. Tal como acontece com os computadores e as novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC), o objectivo é servir-se da IA para reestruturar os processos de produção face a um mercado limitado, incapaz de absorver a produção. O que passará necessariamente por uma supressão maciça de empregos e uma pressão ainda maior sobre os postos de trabalho remanescentes.

Em todo o caso, o imperialismo americano, principal imperialismo do mundo, tomou, como se tem visto, a dianteira na corrida à IA, apoiando-se no poder de fogo das suas multinacionais, que já estavam na primeira linha dos mercados das NTIC e do digital. São, sobretudo, as “7 magníficas”⁽⁵⁾: Apple, Microsoft, Alphabet (ex-Google), Amazon, Tesla, Meta (ex-Facebook) e Nvidia, cuja ca-

● CIÊNCIA E TÉCNICA

»»»

pitalização conjunta em bolsa ascende a 20,228 biliões de dólares, o equivalente a 75% da produção total de bens e serviços dos Estados Unidos.

A proximidade destes capitalistas com o poder político americano já não é segredo. Estavam lá todos, na cerimónia de posse do novo presidente americano: Elon Musk (Tesla), Marc Zuckerberg (Meta), Sundar Pichai (Alphabet), Jeff Bezos (Amazon).

Um relatório do Tribunal de Contas Europeu dá constância de que, apesar da sua forte capacidade de investigação, a União Europeia não consegue transpor suficientemente os seus resultados para a indústria. Em 2021, menos de 4% das patentes de IA do mundo provinham da Europa e da Ásia Central, contra 17% da América do Norte e 62% da Ásia Oriental e do Pacífico. O relatório salienta que os Estados Unidos dominam o sector, com empresas como a Google, a Microsoft e a IBM a investirem maciçamente na investigação e a co-financiarem programas públicos. As autoridades norte-americanas criaram também financiamentos estratégicos para se manterem na dianteira, tendo gasto 3.300 milhões de dólares em 2022.

Esta política do imperialismo americano conheceu recentemente um episódio singular, com o espectáculo organizado na Casa Branca, a 21 de Janeiro, por ocasião do lançamento do projecto Stargate, um investimento de 500 mil milhões de dólares, em quatro anos, em infra-estruturas de IA, co-pilotado por dois gigantes da tecnologia (Oracle e OpenAI) e por um dos principais financiadores tecnológicos do mundo (a Soft Bank Inc.).

A IA atrai também, já se vê, os especuladores. O interesse dos meios da especulação pela IA é, em primeiro lugar, em causa própria. A IA poderá facultar-lhes meios ainda mais rápidos de intervir nos mercados financeiros, para maximizar a rendibilidade dos seus investimentos. No seu último “Relatório sobre a Estabilidade Financeira Mundial⁽⁶⁾”, o Fundo Monetário Internacional (FMI), ao pôr em evidência o con-

tributo que a IA pode dar para tornar mais rápida a análise de risco e desenvolver o tratamento automático dos fluxos de capitais, não deixa de equacionar os perigos que rodeiam a aplicação desta tecnologia às finanças mundiais, em termos de estabilidade financeira. Pouco importa: nos últimos anos, cresceram exponencialmente os pedidos de patentes para análise de risco e negociação algorítmica, bem como para “robôs de negociação”. E as entidades reguladoras do mercado já ficaram para trás nesta matéria.

Em paralelo, a corrida à IA tem estimulado os fluxos puramente especulativos nos mercados financeiros, assistindo-se ao crescimento exponencial das chamadas formas de gestão “passiva” ou “indexadas”. O que são? O jornal francês *Le Monde* faz a seguinte apresentação⁽⁷⁾: “*Em vez de andarem a esgaravatar algumas ‘pepitas’, do tipo Nvidia ou Hermès, os investidores colocam o dinheiro num ETF [Exchange Traded Fund ou fundo negociado em bolsa] composto por um vasto cabaz de acções de vários sectores ou países. É como comprar o palheiro em vez de procurar a agulha, poupando a fastidiosa procura*”. Este mercado é dominado pelos três gigantes americanos BlackRock, Vanguard e State Street, que gerem, entre eles, 25 biliões de dólares de activos. Só a BlackRock gere 11,55 biliões de dólares, dos quais 7,7 biliões na forma de ETFs. É fácil de compreender que, por interpostos ETFs, moldados aos índices de acções das empresas com intervenção na IA, os especuladores vão à boleia da onda, potencialmente amplificando-a e insuflando o risco de instabilização dos mercados e de criação de uma bolha com consequências a escala, nesta fase, desconhecida.

Neste ponto de vista, estamos a assistir aos primórdios de tendências com as quais travámos conhecimento de sobra no passado. Um dos exemplos mais emblemáticos é a onda de especulação em torno das NTIC e da “nova economia” digital na viragem da década de noventa para os anos dois mil. Também neste caso os capitalistas vislumbraram nelas fontes de lucro, remodelando os processos de produção

segundo deslocações da produção, destruições de postos de trabalho e aumento da exploração da força de trabalho. Os especuladores atiraram-se-lhes para cima, insuflando uma enorme bolha, que levou ao colapso das bolsas mundiais em 2001/2002 e a uma profunda crise financeira, da qual o sistema financeiro internacional só conseguiu sair graças a injeções maciças de dinheiro e capital pelos bancos centrais.

Irá acontecer o mesmo com a corrida à IA? Muitos especialistas apontam para a existência potencial de um fosso entre as promessas anunciadas e a efectiva aplicação da IA aos processos de produção — por outras palavras, para marxistas, ao processo de produção de mais-valia. O risco é que as promessas de redução de custos, nomeadamente de mão de obra, se evaporem face ao custo das pesadas infra-estruturas de armazenamento e tratamento de dados, mas também da energia que o uso eficaz da IA exige (muito mais pesados do que no caso da difusão da Internet). Do mesmo modo, o Banco Central Europeu⁽⁸⁾ alertou recentemente para o perigo que representa a concentração do mercado bolsista da IA nos Estados Unidos em um punhado de intervenientes. Já para não falar da Goldman Sachs, que, entusiasta embora do advento da IA, fazia a seguinte pergunta, numa nota de Junho de 2024: “*IA generativa: demasiada despesa para pouco lucro?*”⁽⁹⁾. É inegável que se está a formar uma bolha. Quando rebentará?

25 de Janeiro de 2025

(1) A Europa e a Ásia dividem o resto, com respectivamente 12 e 11%.

(2) A capitalização de uma sociedade em bolsa corresponde ao número das suas acções multiplicado pelo seu valor em bolsa.

(3) *Generative AI could raise global GDP by 7%*, goldmansachs.com, 5/4/2023.

(4) *The economic potential of generative AI*, McKinsey & Company, Junho de 2023.

(5) Nova denominação, que veio render a de GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft) por causa da mudança de nome de alguns membros deste clube muito fechado e da entrada de mais duas multinacionais.

(6) *Rapport sur la stabilité financière dans le monde – Redresser la barre : Incertitude, Intelligence artificielle et stabilité financière* – FMI, Outubro de 2024.

(7) *La Bourse à l’heure des moutons ou le triomphe des ETF, ces fonds qui répliquent les indices*, *Le Monde*, 20 de Janeiro de 2025.

(8) *Revue de la stabilité financière*, BCE, Novembro de 2024.

(9) *Gen AI: too much spend, too little benefit*, *Top of Mind* — Goldman Sachs, 25 de Junho de 2024.

La Vida en rosa de Sergio Haro Cordero¹

POR LILIANA PLUMEDA

“Quando me beijas, o céu suspira... e quando eu fecho os olhos, veja a vida cor-de-rosa”, na canção de Edith Piaf.

Este livro tira o seu título, precisamente, da canção que encena a ideia do amor “romântico” relacionado com fantasmas cor-de-rosa, cor associada ao feminino e que vende a ilusão de uma felicidade eterna nas relações sociais de reprodução do capitalismo-patriarcado, camuflando a exploração, a opressão e a violência a que as mulheres são sujeitas, principalmente as mulheres da classe trabalhadora. A contradição reside em que, para ter uma vida cor-de-rosa, plena de amor, é preciso sacrificar-se, renunciar aos próprios sonhos e aspirações, dar tudo, mesmo a vida.

La Vida en Rosa é um livro pós-um escrito pelo jornalista Sergio Haro Cordero (2017), que relata o fenómeno do femicídio na capital da Baixa Califórnia, situada na fronteira entre o México e os Estados Unidos, na década que vai de 2006 a 2016.

Nesta obra, os femicídios não são meramente relatados como uma local sobre mulheres assassinadas, violadas, torturadas, desmembradas e atiradas para os esgotos. Ela conta a história da vida de cada uma delas, todas saídas de meios humildes e vulneráveis, ressaltando, por um lado, a exploração capitalista de classe e, por outro, a transformação, que ela efectua, das mulheres em mercadorias, objetos de consumo descartáveis, a tal ponto que acabam realmente nos esgotos.

Uma das histórias mais atrozes é a de Diana Mia, uma miúda de 4 anos, violada e assassinada pelo padrasto, usada como refém para obter a pensão alimentar que o pai biológico devia pagar. A história ressalta de um contexto de decomposição social nos bairros que circundam os complexos industriais das fábricas “maquiladoras”, que empregam milhares de trabalhadores na fronteira com os Esta-



dos Unidos. Outras histórias, como a de Lupita (empregada numa maquiladora) e a de Esmeralda (esposa de um militar), ilustram contextos convergentes, na fronteira com os Estados Unidos: militarização, desregulamentação do trabalho, desemprego da mão de obra masculina, feminização da mão de obra, tráfico de droga, prostituição.

O caso “Ana Luisa y Esmeralda, el enano y la chaparra” (o anão e a gorducha) descreve como vários assassinatos ficam impunes por causa da cumplicidade entre o Estado e o crime organizado: a fabricação de culpados.

Entre as narrações, o livro apresenta igualmente conversas com especialistas de medicina legal, direito e direitos humanos.

La Vida en Rosa tem o particular mérito de que, após os casos das Mortes de Juárez, nos anos noventa⁽²⁾, poucos jornalistas se meteram no assunto a partir de uma perspectiva de classe.

Embora haja mais homens mortos dia a dia, no México e no mundo, o que aqui nos perturba é a violência com que as mulheres são assassinadas, a maneira como os seus corpos são usados e violados,

mesmo depois da morte, e, por fim, a vitimização das famílias pelas autoridades, que, por negligência e omissão, geram permissividade e impunidade.

Habitualmente, a imprensa burguesa quer-nos fazer crer que um femicídio é um caso isolado, perpetrado por alguém que sofre de perturbação mental. Porém, são vários os estudos que coincidem em que a violência que os antecede não é um acto privado, ainda que, em muitos casos, se produza no contexto do casal ou de relações pessoais. O femicídio está ligado à misoginia social e institucional, às falhas do sistema judiciário e à impunidade, à violência institucional, ao desprezo pelas mulheres e pela sua filiação na classe operária; cumpre referir que, segundo o mapa mexicano dos femicídios, 63% dos crimes estão relacionados com a criminalidade organizada.

O reconhecimento institucional do femicídio no México não foi uma concessão do governo, foi uma exigência social imposta pela organização das mães e familiares das vítimas.

Estima-se que morram actualmente, por dia, entre 9 e 11 mulheres (meninas, adolescentes ou adultas) vítimas de femicídio, portanto, uma a cada duas horas e meia. É importante realçar que só cerca de um em cada quatro assassinatos de mulheres é considerado femicídio no México⁽³⁾.

Ante uma situação desta complexidade, a única saída é a organização por critério de classe. Neste sentido, não só as famílias, mas também mulheres, principalmente trabalhadoras e estudantes, e também homens, saem à rua há vários anos a exigir das autoridades que façam justiça e deixem de culpabilizar as vítimas.

As palavras de ordem são as seguintes: punir os responsáveis, justiça para as vítimas, fim aos femicídios e à violência sexual, e apelar a todas as mulheres, aos trabalhadores e aos jovens para se

● NOTA DE LEITURA

>>>

mobilizarem. Tais manifestações têm sido repelidas e reprimidas pela polícia, procuradores e guarda nacional, do mesmo passo que o número de participantes e a consciência de classe aumentam, conforme ressalta da operação militar contra as e os manifestantes de Novembro de 2020 em Cancún⁽⁴⁾.

O capitalismo, entrado na sua fase de putrefacção, intensifica a violência contra as mulheres e a exploração; não é segredo para ninguém que a sobrevivência do regime capitalista assenta cada vez mais na rapina e na redução do custo da força de trabalho (situações que afectam as mulheres), mas se alicerça igualmente nos lucros e proveitos das actividades ilegais que são motor da economia capitalista: o tráfico de drogas, o tráfico de seres humanos para fins de escravatura, prostituição, tráfico de mulheres, tráfico de órgãos, que são origem

e/ou móbil de muito do que hoje vivemos, faltando às vítimas as vozes que se batam por elas.

Este livro é uma contribuição para dar voz a essas vozes.

(1) Sergio Haro Cordero foi jornalista, fotógrafo e professor universitário, mexicano, nascido em 3 de Janeiro de 1957. Licenciado em educação e jornalista de profissão, participou, enquanto estudante, nas greves universitárias dos anos setenta e oitenta. Foi militante e simpatizante de organizações socialistas, como o Partido Revolucionário dos Trabalhadores e a Liga Operária Marxista (1984), ambas organizações que se reivindicavam da IV^a Internacional. Trabalhou em vários meios de comunicação, nomeadamente o semanário *Siete Dias*, de que foi director, o semanário *Zeta*, *Proceso*, *El País*, *La Jornada* e *El Universal*.

Veio a ser uma referência local e nacional, pelas suas reportagens, que deram a volta ao mundo, como a cobertura que fez do assassinato de

Colosio em 1994 e do assassinato do jornalista Benjamin Flores. Recebeu o prémio nacional do jornalismo a título póstumo, em 2021, sendo o seu trabalho de jornalista contado no documentário *Reportero*, nomeado para os *Emmy Awards* em 2014 (disponível na plataforma Apple TV).

(2) Que valeu ao México passar a estar na mira da ONU e das organizações de defesa dos direitos humanos, dada a situação e a impunidade.

(3) <https://www.indicedepazmexico.org/violencia-de-gnero>

(4) Para mais informação: <https://comunistasinternacionalistas.org/2020/11/16/represion-en-cancun-violencia-en-mexico-expresion-de-la-barbarie-capitalista/>

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IV^a Internacional)

Assina!

Assino A Internacional - 6 números: 24 euros

Apelido, nome:

Endereço:

Endereço electrónico:

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

A Internacional

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana, portuguesa, russa e turca.



